

***Mitra Episcopal de Coimbra: descrição arquivística e inventário do fundo documental***

*Ana Maria Leitão Bandeira*

*Ana Margarida Dias da Silva*

*Marta Luísa Gama Mendes*

*Visa o presente trabalho patentear o espólio documental do cartório da Mitra Episcopal de Coimbra, depois de ter sido objecto de tratamento arquivístico e devido acondicionamento das unidades de instalação, propondo a sua melhor conservação. Fonte histórica primordial para conhecer a actividade do bispo de Coimbra na sua diocese, sobretudo nos aspectos de defesa de seus direitos jurisdicionais no bispado e formação do património eclesiástico, este fundo documental retrata também as relações do prelado diocesano com as estruturas administrativas das vilas, coutos e localidades situadas na área geográfica do bispado de Coimbra, incidindo essencialmente sobre as terras da Beira. Uma mole humana formada por rendeiros, foreiros, arrecadadores de rendas, tabeliães, escritvães, etc., deixou o testemunho da sua existência através de documentação de natureza diversa que muito gratamente pudemos fazer reviver e, de certa forma, procurámos garantir a perenidade da sua memória.*

*Procurou-se, simultaneamente, conciliar a apresentação do inventário do fundo documental com as normas de descrição arquivística ISAD (G), a nível de fundo e respectivas séries.*

**Código de referência:** PT-AUC-DIO-MECBR

**Título:** Mitra Episcopal de Coimbra

**Datas:** 1402-1887

**Nível de descrição:** Fundo

**Dimensão e suporte:** 138 liv.; 9 mç.; 1 cad.; papel e pergaminho

**Nome do produtor:** Mitra Episcopal de Coimbra

### **História administrativa:**

Em termos usuais, a mitra designa o barrete de feitio cónico, fendido na parte superior, usado pelos bispos, arcebispos e cardeais quando oficiam com vestes pontificais, também usado por abades de mosteiros, vindo daí a designação diferenciada de mitra episcopal e mitra abacial. Aqui radica a designação do órgão de governo da diocese presidido pelo bispo, também entendida como o património ou jurisdição dos bispos, ou ainda a dignidade, jurisdição e património do prelado diocesano. A Mitra Episcopal de Coimbra representa essencialmente o conjunto de bens patrimoniais que estavam destinados ao sustento e provisão do bispo de Coimbra. A diocese de Coimbra teve sede, primitivamente, em Conímbriga, no período de romanização da Península Ibérica, depois em Emínio (Aeminium), durante o domínio dos Suevos, tendo sido nestes períodos sufragânea de Mérida e depois de Braga, e por fim ficou sedeadada na cidade de Coimbra, enquanto diocese isenta.

Os limites geográficos do bispado ficaram definidos em 1253, pela bula *Provisionis nostrae* de Inocêncio IV, de 12 de Setembro, tendo sido retirados a Coimbra os territórios entre o rio Douro e Antuã que foram anexados ao bispado do Porto. A área geográfica do bispado de Coimbra sofreu alterações com a criação do bispado de Leiria, pela bula *Pro excellenti apostolicae sedis* de Paulo III, de 22 de Maio de 1545, no reinado de D. João III, que ditou a saída de seis paróquias (Caranguejeira, Colmeias, Espite, S. Simão de Litém, Souto da Carpalhosa e Vermoil) da diocese de Coimbra que passaram a pertencer ao novo bispado. Idêntica situação ocorreu aquando da criação da diocese de Aveiro, desmembrando localidades diversas do bispado de Coimbra, por breve de Clemente XIV de 12 de Abril de 1774. Com a nova circunscrição diocesana ditada pela bula *Gravissimum Christi* de 30 de Setembro de 1881, na diocese de Coimbra foi integrada parte dos bispados de Leiria e Aveiro, que só voltaram a ser restaurados pelo papa Bento XV em 1918 (Leiria) e 1938 (Aveiro).

As doações patrimoniais à Sé de Coimbra são anteriores à fundação da nacionalidade. A necessidade de sustentação dos bispos, cónegos e mais prelados esteve na origem de várias doações, nomeadamente, a importante doação do Mosteiro da Vacariça, em 1094, por D. Raimundo e D. Urraca, e do mosteiro do Lorvão, em 1109, que apenas por sete anos esteve na posse da Mitra. No entanto, as propriedades de Santa

Comba Dão, Couto do Mosteiro, Midões, Vila Cova e parte da Pedrulha, que eram do dito mosteiro do Lorvão, mantiveram-se na sua posse.

Em 1082, o conde D. Henrique e D. Teresa doam à Sé de Coimbra os castelos de Coja e Arganil, altura em que os bispos de Coimbra passam a designar-se Senhores de Coja. A partir do reinado de D. Afonso V, o bispo de Coimbra passa a acumular o título de conde de Arganil, na sequência do reconhecimento da participação do bispo D. João Galvão nas campanhas do Norte de África (conquista de Tânger e Arzila), em 1471. D. Afonso V concedeu também a este prelado, por provisão régia de 18 de Agosto de 1472, a vedoria mor das obras e alcaidaria-mor das comarcas da Beira e Ribacôa, razão pela qual se intitulava alcaide-mor de Avô. Este bispo foi também o 1.º conde de Santa Comba e ainda escrivão da puridade. D. Jorge de Almeida (1481-1543) deu a Coimbra as primeiras constituições diocesanas, impressas em 1521. D. Afonso Castelo Branco fez novas constituições sinodais do bispado de Coimbra, impressas em 1591 e reimpressas em 1730 e 1731, e ordenou, em 1591, um Regimento dos oficiais do auditório eclesiástico do bispado de Coimbra, que foi impresso em 1728. Por alvará régio de 5 de Outubro de 1617 foi concedido a D. Afonso Furtado de Mendonça o privilégio de Desembargador. Os bispos de Coimbra pertenciam ao Conselho de Sua Majestade e alguns desempenharam a função de sumilher da cortina. D. Francisco de Lemos e D. Francisco de São Luís acumularam ainda, simultaneamente, o cargo de reitores reformadores da Universidade de Coimbra.

Originalmente não estava diferenciado o património do bispo e do cabido da Sé de Coimbra. Se inicialmente não existia uma distinção clara entre o que estava na posse da Mitra e o que era administrado pelo cabido, com o tempo esta destrição formaliza-se, dando, inclusive, origem a conflitos entre ambas as partes, mas concretizando-se finalmente em 1210 numa divisão de rendas do bispado em 2/3 para a Mitra e 1/3 para o Cabido. Da parte atribuída à Mitra, retirava o bispo uma parte para sua sustentação e a outra era destinada a obras necessárias na Sé e para esmolas. Os rendimentos da Mitra foram alterados por alvará régio de 24 de Fevereiro de 1740 e bula apostólica de Clemente XI, de 27 de Setembro de 1720, passando a quarta parte dos rendimentos patrimoniais do bispado a pertencer ao cabido da Igreja Patriarcal de Lisboa.

A administração e a defesa jurisdicional do património episcopal eram feitas por um conjunto de funcionários que directamente apoiavam o prelado diocesano, como o seu mordomo, procurador, prebendeiro, ecónomo, tabelião privativo, escrivão da receita e despesa e recebedores de rendas e era apoiado pelo escrivão da Câmara Eclesiástica. A

mitra possuía o privilégio de jurisdição cível e crime em diversos coutos do bispado de Coimbra, como Arganil, Avô, Barrô, Candosa, Coja, Lourosa, Midões, Santa Comba Dão, etc., nos quais nomeava juízes, ouvidores, meirinhos, alcaides, inquiridores, escrivães e tabeliães. Eram os juízes dos seus coutos e vilas que dirimiam todas as questões judiciais, mas em Coimbra as decisões eram tomadas no Auditório ou Relação Eclesiástica. A Mitra gozava do privilégio de arrecadar rendas e dívidas da mesma forma que os rendeiros da coroa. Possuía ainda privilégio de aposentadoria, concedido a D. Afonso Castelo Branco por alvará régio de 18 de Outubro de 1585. D. António de Vasconcelos e Sousa obteve privilégio de ter açougue privativo por alvará régio de 6 de Abril de 1707.

A Mitra pagava vencimentos a ministros e oficiais do Juízo Eclesiástico (provisor, vigário geral, promotor, escrivão das armas, solicitador, porteiro, homens da vara, aljubeiro) e do Tribunal da Inquisição, e também a procuradores e agentes da Mitra em Coimbra, Porto e Lisboa, para resolverem questões administrativas e judiciais. Na Sé de Coimbra, pagava ao guarda da Sé, sineiro e guarda-livros e a todos os membros da capela de música (mestre da capela, subchante, organista, mestre de oboé, chameleiros, etc.). O bispo D. João de Melo fundou em 1690 um recolhimento para mulheres convertidas que veio a designar-se posteriormente *Recolhimento do Paço do Conde*, quando em 1696 ficou instalado no antigo paço do conde de Cantanhede. O bispo D. Miguel da Anunciação fundou o *Seminário de Jesus, Maria, José*, que teve estatutos confirmados por breve do papa Bento XIV de 18 de Dezembro de 1748. Esteve inicialmente localizado, em 1741, em casas da freguesia de S. João de Almedina e depois em casas na freguesia de S. Martinho do Bispo, ficando definitivamente instalado em edifício próprio construído entre 1748 e 1765. O bispo D. Miguel da Anunciação autoriza, por provisão de 5 de Julho de 1745, o Seminário a arrecadar, por quatro anos, os rendimentos dos almoxarifados das suas vilas de Arganil e de Coja. Por breve do papa Bento XIV, de 2 de Maio de 1753, foram anexados ao Seminário, entre outros rendimentos, duas partes das propinas impostas nas rendas da Mitra, apenas aos rendeiros que pagassem de cada 100 mil reis, cinco alqueires de trigo.

A Mitra contribuía assim com donativos para o *Recolhimento do Paço do Conde*, para diversas casas monásticas, para o *Seminário de Coimbra* e o *Colégio de Pereira*. Por bula de Gregório XIII, de 13 de Novembro de 1579, foi concedida, uma pensão anual para o *Colégio de Jesus de Coimbra*, para pagamento a dois mestres de Moral, a retirar dos bens da Mitra. Após a extinção da Companhia de Jesus, em 1759, esta

pensão foi transferida para a Universidade de Coimbra, através da doação régia de 4 de Julho de 1774, que incluiu a doação de bens patrimoniais e bens eclesiásticos da Companhia de Jesus; doação confirmada por letras apostólicas do papa Pio VI de 5 de Maio de 1775.

O bispo de Coimbra tinha a sua residência no paço episcopal também designado Paço do Bispo, local onde estava instalado o cartório da Mitra. O edifício teve origem em casas compradas na freguesia de S. João de Almedina em 1164, por D. Miguel Salomão, e sofreu diversas alterações nos episcopados de D. Jorge de Almeida e de D. Afonso Castelo Branco, estando nele localizado, desde 1912, o Museu de Machado de Castro. No episcopado de D. Manuel Correia de Bastos Pina foi construído novo edifício, por se encontrar o antigo paço muito degradado, mas não chegou a usar esse edifício, passando a residir no Seminário de Coimbra. No paço episcopal tinha ao seu serviço particular, cozinheiro, guarda-portão, cirurgião, etc. Possuiu também paço episcopal em Coja e em Arganil, e a quinta de recreio de S. Martinho do Bispo que também foi designada quinta da Mitra. D. João III fez mercê a D. Jorge de Almeida de coutar todo o termo da vila de Coja, não podendo nenhuma pessoa ali caçar sem licença do bispo; neste couto de caça estava incluída a Mata da Margaraça (c. Arganil), que hoje está integrada na Área de Paisagem protegida da Serra do Açor, (desde 1982) e considerada Reserva Bioenergética, em 1991, pelo Conselho da Europa.

Pelo falecimento do prelado era feito um inventário dos bens que lhe pertenciam, pelo corregedor da comarca de Coimbra, embora se conheça apenas o de 1822, aquando da morte do bispo conde D. Francisco de Lemos, arrolando os objectos das capelas do paço, e da capela da quinta de S. Martinho, e todo o recheio do paço, incluindo a livraria e o cartório.

À Mitra pertencia o padroado de diversas igrejas nos arcediagados do Vouga, Penela e Seia e ainda igrejas no perímetro urbano da cidade.

Para além de doações régias, o património da Mitra foi enriquecido, alargado e modificado através de permutas, como aconteceu, por exemplo, com a vila de Arganil que passa para a alçada do bispo por troca com os coutos de S. Romão, Belmonte e Valezim, que pertenciam a Martim Vaz da Cunha, por permuta autorizada por D. João I em 5 de Agosto de 1394. Alguns coutos importantes, como os de Lourosa, Coja, Candosa, Nogueira, Santo Varão, Avô, foram sendo sucessivamente doados pelos monarcas. As doações régias dos referidos coutos incluíam direitos de jurisdição (em épocas mais remotas identificada como “jurisdição cível e crime, mero e misto

império”), compreendendo a correição e a nomeação de juízes, ouvidores, tabeliães, etc. A confirmação régia das honras, mercês, privilégios e isenções da Mitra era feita periodicamente, a pedido do bispo de Coimbra. A jurisdição cível e crime e a jurisdição eclesiástica estiveram na origem de tensões entre o poder político e o poder episcopal, uma vez que este foro misto se prestava a intromissões no exercício da justiça secular e justiça eclesiástica. Comuns eram também os atritos com outros poderes privativos de mosteiros e senhorios, nomeadamente em territórios isentos de jurisdição episcopal como aqueles pertencentes ao Mosteiro de Santa Cruz e Ordens Militares. Os conflitos só terminaram definitivamente quando, por decreto de 9 de Julho de 1822 foram extintos os privilégios de foros e juízos privativos, com a cessação da jurisdição cível e crime. Por decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832 foram abolidos os casos de *misti fori* (foro misto), ficando o foro eclesiástico apenas com a competência para causas exclusivamente espirituais.

Os bens da Mitra eram compostos de rendas dominiais (recolhidas em foros, pensões, rações e laudémios) e rendimentos eclesiásticos (dízimas e primícias). A administração destes bens não deixou de atravessar alguns períodos conturbados, em *sede vacante*, em que o bispado era administrado por um vigário capitular, sobretudo nos períodos das duas grandes vacaturas, entre 1646-1670 e 1717-1739, que corresponderam a períodos de quebra na administração dos bens do bispado. Estes hiatos temporais, entre a sucessão de D. Manuel de Noronha (1670-71) a D. João Mendes de Távora (1638-1646) e a sucessão de D. Miguel da Anunciação (1740-1779) a D. António de Vasconcelos e Sousa (1706-1716), reflectem-se na sobrevivência da própria documentação, originando perdas e extravios, como o denunciam os traslados pedidos à coroa nos séculos XVII e XVIII, na tentativa de recuperação e confirmação de direitos e privilégios adquiridos ao longo do tempo, muito embora nestes períodos, o cabido assumia a administração dos bens da Mitra.

Em período *sede vacante*, o Cabido propunha um nome para a eleição de um ministro para a mesa episcopal. Também neste período a nomeação para juiz dos tombos era feita pelo Cabido, acumulando a função de escrever os tombos do próprio cabido e da Mitra e da mesma forma eram eleitos pelo Cabido os arrendadores da massa capitular e da Mitra.

Por carta régia de 19 de Julho de 1790, os bispos perdem parte do foro eclesiástico, pois exceptuam-se daquele foro os crimes de lesa-majestade. Em 1822, Fernandes Tomás apresentou às Cortes um projecto segundo o qual o Tesouro administraria e

recolheria os rendimentos dos arcebispados, bispados e prelazias (publicado em *Diário do Governo* n.º. 220, 221, 222, 227 e 228 de 18, 19, 20, 26 e 27 de Setembro de 1822). O projecto foi aprovado, com modificações, mas não chegou a ser publicado. Em 1832, os decretos de 16 de Maio e de 13 de Agosto extinguem os direitos senhoriais do bispo de Coimbra. Em 5 de Agosto de 1833 foi extinto o direito de padroado, embora em 1848 ainda houvesse dúvidas acerca da sua extinção e em 2 de Maio desse ano saiu uma portaria indeferindo a sobrevivência dos direitos dos donatários de bens de capelas.

Por portaria de 5 de Julho de 1834, estabeleceu-se uma cômputo anual para os governadores do bispado e o decreto de 13 Setembro de 1836 fixou o ordenado em um conto de reis para os mesmos, perdendo assim todo o património e direitos jurisdicionais que a Mitra possuía.

Este processo de laicização do Estado, iniciado com o liberalismo, culminou com a Lei de Separação do Estado e das Igrejas, de 20 de Abril de 1911.

### **História custodial e arquivística:**

A Portaria de 20 de Junho de 1836 ordenou que fosse entregue ao governador temporal do bispado, Dr. Guilherme Henrique de Carvalho, o edifício do Paço Episcopal, e seus objectos, e a quinta de recreio pessoal em S. Martinho do Bispo. Esta medida teve lugar depois da saída da cidade, em 1834, do bispo D. Fr. Joaquim de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Nazaré, quando as tropas liberais chegam a Coimbra. Foi então feito o inventário do cartório da Mitra que revelava a existência de 108 livros, 5 pastas de papelão forradas de papel pintado, 1 caixa e 1 maço. A organização do cartório da Mitra sofrera já diversas etapas, e o cotejo entre os diversos inventários existentes no fundo documental e a própria documentação revela a numeração e rótulos de título colocados. A referência mais remota à organização arquivística encontra-se no *Índice do cartório*, elaborado em 1818 que revela a numeração de volumes o “novo arranjo” do cartório e a existência de 99 livros. Em 1822 é elaborado inventário do cartório, aquando do inventário geral de todos os bens do Paço Episcopal, depois do falecimento de D. Francisco de Lemos. Entre 1818 e 1836 foram encadernados documentos avulsos, sobretudo certidões de privilégios, tendo sido criados volumes de colecções de documentos, como o revelam os rótulos de título e as próprias encadernações com pastas de papelão e papel de fantasia - contendo documentos de formatos e dimensão diversa.

O fundo documental da Mitra Episcopal de Coimbra foi transferido em 1881 para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, acompanhado pela “*Relação dos livros e documentos pertencentes ao Cartório da Mitra Episcopal de Coimbra que em virtude do Decreto de 2 de Outubro de 1862, e Portaria do Ministério do Reino de 13 de Maio de 1881, são transferidas para o Arquivo da Torre do Tombo*”. Esta relação, assinada pelo oficial diplomático da Torre do Tombo, Rafael Eduardo de Azevedo Bastos, o ajudante do oficial maior da Torre do Tombo, Roberto Augusto da Costa Campos, e o padre Manuel Pais Abrantes Mamede, está datada de Coimbra, de 25 de Junho de 1881, e revela a formação do cartório com 116 livros e 6 maços. Na Torre do Tombo a documentação recebeu o carimbo desta instituição e foi ordenada e identificada com uma numeração, com correspondência para os números atribuídos na supracitada relação.

A maior parte desta documentação regressou a Coimbra, pela acção da Comissão de Administração dos Bens da Igreja pertencentes ao Estado, delegada, no concelho de Coimbra, da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, nomeada por despacho de 18 de Janeiro de 1912, dando entrada no Arquivo da Universidade (local onde estava instalada a referida Comissão) em 19 de Novembro de 1935, por acção do Dr. António Gomes da Rocha Madahil, que era conservador do Arquivo e vogal da citada Comissão. Em consequência de todas estas transferências, a documentação apresenta marcas de posse que ilustram as diferentes tutelas por que passou (além da numeração inscrita nos livros, atribuída no próprio cartório da Mitra, que é o elo de ligação com os inventários de 1818 e de 1822).

As perdas documentais, que inevitavelmente ocorreram, podem ser conhecidas através de testemunhos documentais, como, por exemplo, o auto de contas, de 1782, do prebendeiro da Mitra, o alferes António Jorge Ferreira (1775-6), que revela terem existido *Livros de lembranças das contas do prebendeiro*, de que hoje já não é possível saber a localização (mç. 9). Estes livros já não figuram nos inventários do cartório de 1818, 1822 e 1836. No entanto, certas unidades documentais existiam na Mitra, mas nem sempre estavam localizadas no cartório, podendo encontrar-se em mão de alguns dos funcionários ao serviço da Mitra. Um outro exemplo desta situação é retratado pelos livros oferecidos ao doutor António de Vasconcelos, pelo conselheiro José Luís Ferreira Freire: um livro de despesas de 1786-1804 e um livro de receita de foros e rendas de 1801-1805, que se encontravam na posse de seus familiares, por terem sido rendeiros da Mitra e que também não estão descritos nos mencionados inventários.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

A quase totalidade do fundo ingressou em 1935 no Arquivo da Universidade de Coimbra, através da Comissão de Administração dos Bens Culturais da Igreja, instalada no Arquivo. Por ofício de 6 de Novembro de 1936, o director do Arquivo da Universidade dava conta ao inspector superior das Bibliotecas e Arquivos da existência de 110 volumes e 6 maços pertencentes à Mitra.

O fundo foi completado com volumes que foram recolhidos no fundo documental do Cabido da Sé de Coimbra, existente no Arquivo da Universidade, por se ter averiguado que pertenciam à Mitra (liv. 2A, liv. 14A, liv. 19A, liv. 99, liv. 119A, liv. 119B, liv. 120, liv. 121A, liv. 122, liv. 128, mç.8). Este fundo ingressara no AUC, em 1917 e em 1933, provindo do Seminário de Coimbra.

Dois volumes (liv. 121; liv. 124) foram oferecidos pelo conselheiro José Luís Ferreira Freire ao doutor António de Vasconcelos, primeiro director do AUC, que por sua vez os ofereceu ao Arquivo da Universidade, em 1915, referindo, no registo apostado nos volumes que tinham pertencido a um ascendente do referido conselheiro, que fora arrendatário das rendas da Mitra nos sécs. XVIII e XIX.

Em 1929, deu entrada no AUC, o inventário dos bens de D. António de Vasconcelos e Sousa, datado de 1708 (liv. 126), que se encontrava na Repartição da Fazenda do concelho de Coimbra.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui documentos de diversa natureza relativos à aquisição de privilégios e direitos, como sejam a jurisdição cível e crime, a correição nos seus coutos, o direito de arrecadar rendas, apresentar ouvidor e nomear tabelião, e ainda documentação relativa à formação do património, através das doações e permutas.

Inclui também documentos de natureza judicial, na sua maioria sentenças entre a Mitra e diversas entidades relativas à posse, domínio, direito, foros, laudémios e prazos. Estes processos correm maioritariamente no Auditório Eclesiástico de Coimbra embora surjam também referências à Relação do Porto.

Inclui ainda tombos de demarcação e reconhecimento das várias propriedades do bispo; escrituras diversas onde se redigem contratos de arrendamento e aforamento, quase exclusivamente com particulares; despesas com obras, funcionários, tombos e esmolas ordinárias; censuais e registos de receitas de foros e rendas.

Inclui diversos inventários onde se descreve o cartório, a livraria e os pertences do Paço Episcopal. Existem também documentos relativos a assuntos diversos que não foi possível ordenar nas séries descritas, formando uma colecção de documentos diversos.

À Mitra de Coimbra pertencia o padroado das seguintes igrejas: no *arcediagado do Vouga*: Alcáçova de Montemor, Arazede, Barcoço, Barrô, Casal Comba, Couto do Mosteiro, Meãs, Palmas, S. Joaninho, Santa Comba Dão, Trouxemil, Ventosa do Bairro; do *arcediagado de Penela*: Alfarelos, Lavos, Maçãs de D. Maria, Reveles, S. Martinho do Bispo, Santo Varão, Taveiro, Vinha da Rainha; do *arcediagado de Seia*: Coja, Espariz, Feira, Lourosa, Midões, Mouronho, Nogueira, Oliveirinha, Santa Marinha, São Paio de Gouveia, Travanca de Farinha Podre (hoje Travanca do Mondego), Vila Cova de Sub-Avô (hoje Vila cova de Alva); e na cidade as igrejas de S. Bartolomeu, S. Cristóvão, S. João de Almedina, S. Pedro, S. Salvador, Santa Justa e Santiago.

Para além do padroado destas igrejas, a Mitra possuía bens noutras localidades: no *arcediagado do Vouga*: Aguada de Baixo, Almassa, Brasfemes, Cordinhã, Cortegaça, Marmeleira, Montemor-o-Velho, Pala, Pedrulha, S. Facundo, Sobral, Tentúgal, Trouxemil e Vacariça; no *arcediagado de Penela*: Almoster, Alvaiázere, Ameal, Ansião, Arega, Avelar, Beco, Castelo Viegas, Ceira, Degracias, Dornes, Figueiró dos Vinhos, Foz de Arouce, Louriçal, Maçãs de Caminho, Mata Mourisca, Paião, Palmá, Penela, Podentes, Pombalinho, Pousa Flores, Puços, Vale de Canas, Vila Nova da Barca e Zambujal; no *arcediagado de Seia*: Arganil, (neste concelho está localizada a Mata da Margaraça que foi couto de caça da Mitra de Coimbra) Ázere, Benfeita, Candosa, Cerdeira, Covas, Góis, Gouveia, Lagares, Loriga, Mangualde, Moimenta da Serra, Penalva de Alva, Poiares, Sandomil, S. Paio de Farinha Podre, S. Romão, Seia, Travanca, Valezim, Vinha Cova e Vinhó.

Refere tabeliães privativos da Mitra como, por exemplo, Joaquim Frederico Machado de Almeida Peixoto (1831-1833), Domingos António Monteiro (1780-1785) e António de Sequeira Pereira (1760-1768); tabeliães públicos de Coimbra como, por exemplo, Manuel Joaquim Reis (1776-1796), Manuel Gomes Bessa Negrão (1772-1779), Dionísio de Macedo Varela (1725); tabeliães do cabido como Brás Nogueira Guimarães (1751), Joaquim Alexandre de Oliveira (1784), Domingos António Monteiro (1780-1785), José Monteiro Soares (1786-1797); os guardas-mores da Torre do Tombo, Manuel da Maia (1750-1754), José Seabra da Silva (1769), João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1780-1792). Figuram os procuradores da Mitra, Manuel Álvares

Brandão (1697), António da Silva (1751), José Dias Brandão (1784), Manuel de Sousa nogueira (1801), etc. Como juizes de tombos citem-se, a título exemplificativo, António de Lemos (1573-1588), Diogo Ribeiro Santiago (1724-1737), Manuel Abrantes Teixeira (1687), Francisco Vieira Aranha (1630-1631) e Lourenço Gonçalves Vaz Morilhas (1722-1723). Aparecem referenciadas igualmente diversas personalidades, entre elas: D. Pedro de Almeida (1660-1661), Jácome Bellon Júnior, do Porto (1817-1826), D. Luís Álvares de Castro, senhor de Ançã e marquês de Cascais (1685-1692); Monsenhor Gaudêncio Antonini (1784), Duque de Aveiro (1650-1651), os peritos paleógrafos Simão Álvares Ribeiro (1749) e Manuel Rosado Varela (1796).

Estão presentes diversos monarcas portugueses, autenticando privilégios e doações, sobretudo D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. João III, D. Filipe III, D. José e D. Maria I e são referidas decisões tomadas nas cortes de Santarém, Lisboa, Coimbra e Évora, nos reinados de D. Afonso IV, D. João I, D. Afonso V e D. João II.

Entre as instituições referidas na documentação figuram, em Coimbra: Seminário de Jesus, Maria, José, Auditório Eclesiástico, Universidade, Mosteiro de Santa Ana, Mosteiro de Santa Cruz, Mosteiro de Celas, Irmandade dos Clérigos Pobres, etc. Citem-se ainda: Mosteiro do Santíssimo Coração de Jesus, de Miranda do Corvo, Ordem de Cristo e Ordens Militares de Avis e de Santiago da Espada, Misericórdia do Porto, Igreja Patriarcal de Lisboa, etc. Entre as diversas instâncias judiciais apontam-se, por exemplo, Juízo Eclesiástico de Coimbra, Casa da Suplicação, Tribunal da Relação do Porto, Tribunal de Apelação de Braga, Tribunal da Legacia e Tribunal do Santo Ofício.

### **Sistema de organização:**

Foram identificadas e organizadas sete séries documentais: *Certidões das doações, privilégios e confirmações, Autos e sentenças, Tombos de demarcação e reconhecimento, Livros de escrituras diversas, Registos de despesas, Censuais e registos de receitas de foros e renda, e Inventários e índices*. Foi ainda organizada uma colecção de *Documentos diversos*, na qual foram incluídas outras unidades documentais, que, por consulta do inventário de 1822 (liv. 127) se verificou que estiveram localizadas num gabinete do Paço Episcopal, próximo do cartório. Estes volumes seriam certamente de consulta do bispo de Coimbra, tratando, por exemplo, de assuntos relacionados com a questão dos cónegos tercenários e meio-prebendados da Sé de Coimbra (liv. 129, 130 e 131). Constatou-se que certas unidades documentais descritas no citado inventário (1822, liv. 127) se encontravam no Paço, apenas pela

circunstância de o bispo de Coimbra exercer outros cargos: a “*Relação do Estado da Universidade*” estaria ali apenas pelo facto de D. Francisco de Lemos ser simultaneamente reitor da Universidade (hoje integra o fundo documental da Universidade, no AUC).

Primeiro apresentam-se as séries que ilustram os poderes e a acção episcopais e em seguida, as restantes séries ordenadas cronologicamente. A série *Certidões das doações, privilégios e confirmações* está ordenada segundo os cartórios de proveniência e a série *Tombos de demarcação e reconhecimento* foi ordenada pelo nome da localidade, seguida de uma ordem cronológica.

Foi necessário atribuir os números 2A, 14A, 19A, 119A, 119B e 121A a seis volumes localizados entre o acervo do AUC depois de ter sido feita a descrição das séries e fundo.

**Idioma / escrita:**

Português, latim, espanhol, italiano.

**Características físicas:**

Exemplares com picos de traça e galerias, encadernações desmembradas, folhas destacadas, repasses de tinta, faltas de material de suporte provocado pela oxidação da tinta ferrogálica, em alguns casos ofendendo o texto, folhas roídas e rasgadas, fungos e foxing, prejudicando a leitura. A série *Tombos de demarcação* possui encadernações fragilizadas e folhas destacadas, necessitando de manuseamento cuidado. Consulta sob reserva dos volumes conservados no cofre do AUC (liv. 2A e liv. 122).

**Instrumentos de descrição:**

BASTOS, Rafael Eduardo de Azevedo; CAMPOS, Roberto Augusto de Corte - *Relação dos livros e documentos pertencentes ao Cartório da Mitra Episcopal de Coimbra que em virtude do Decreto de 2 de Outubro de 1862, e Portaria do Ministério do Reino de 13 de Maio de 1881, são transferidas para o Arquivo da Torre do Tombo*. Coimbra, 1881. (Torre do Tombo, Serviço de Referência, L 288)

*Índice do Cartório da Mitra, 1818*. (AUC- Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 127)

*Inventário do Cartório da Mitra da Sé de Coimbra (1822)*. (AUC- Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 128).

*Inventário do Cartório da Mitra da Sé de Coimbra (1836)*. (AUC- Mitra Episcopal de Coimbra, mc. 7).

*Sumários dos documentos avulsos do fundo da Mitra da Sé de Coimbra*. Coimbra, 2006. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.

*Tabela de correspondência de cotas*. Coimbra, 2006. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.

#### **Unidades de descrição relacionadas:**

Completivas:

Portugal, Torre do Tombo, *Colecção de Forais*, n.º8 e n.º10, forais de Arganil, Barrô e Aguada

Portugal, Torre do Tombo, *Mitra Episcopal de Coimbra* (F)

Complementar:

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Cabido da Sé de Coimbra* (F) - contém referências à administração de bens da Mitra, nos períodos de *sede vacante*.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Processos de colações da Câmara Eclesiástica de Coimbra* (SR) - contém os processos de colação das igrejas do padroado da Mitra.

#### **Nota de publicação:**

BANDEIRA, Ana Maria Leitão – *Inventário do Cartório da Mitra da Sé de Coimbra (1836)*. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. vol. XIX e XX (1999-2000), p.93-114.

CRUZ, Lúcia – *O Bispo-Conde D. António de Vasconcelos e Sousa e o inventário dos bens móveis*. In *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*. vol. XXVII-XXVIII (1980), p. 407-547.

RODRIGUES, Manuel Augusto – *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

RODRIGUES, Manuel Augusto – *D. Francisco de Lemos e Monsenhor Gaudêncio Antonini: uma questão surgida em S. João de Almedina em 1784*. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VI (1984), p.269-333.

#### **Notas:**

Título formal. Outros títulos formais: Mitra da Sé de Coimbra, Mesa Pontifical de Coimbra, Mesa Episcopal de Coimbra.

### **Nota do arquivista:**

Fixação do texto de descrição arquivística por Ana Maria Leitão Bandeira com base na recolha de informações colhidas na fase de tratamento arquivístico, com contribuição de elementos recolhidos por Ana Margarida Dias da Silva e Marta Gama Mendes.

Nota ao elemento de informação *História administrativa*: a mais antiga referência, localizada na documentação deste fundo, relativa à distinção entre mesa capitular e mesa episcopal, remonta a 1304 (liv. 40, doc. 6), apesar de diversas obras de referência indicarem ter ocorrido em 1210. Constata-se a coexistência de bens nos mesmos locais, referenciados como sendo posse do bispo e do cabido, pela análise do *Censual do bispado de Coimbra* (1402) e do *Livro dos Pregos do Cabido* (1412).

Foram consultadas as seguintes obras e fontes:

ABRANCHES, Joaquim dos Santos – *Summa do bullário portuguez*. In *Fontes do direito ecclesiástico portuguez*. Coimbra: F. França Amado Editor, 1895.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vols.I, II e III. Livraria Civilização Editora: Lisboa; Porto, 1970.

ALMEIDA, Manuel Lopes de - *Acordos do Cabido de Coimbra*. In *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*. Vol. XXVII-XXVIII (1980), p. 89-262.

CABIDO. Coimbra – *Acórdãos do Cabido*. [Manuscrito]. 1498-1513 a 1739-1741. Vols. 2, 10, 12, 16, 19, 20, 21. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Joaquim Ramos de – Jurisdição eclesiástica. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. J-P. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 41-43.

CASTRO, A. M. Simões de – *Bispos Condes*. In *Instituto*. Vol. XIX, nº 1-6 (Maio a Outubro - 1874), p. 17-23.

COELHO, Maria Helena da Cruz – Património eclesiástico. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. J-P. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 395-404.

COSTA, Avelino de Jesus da (coord.cient.); RODRIGUES, Manuel Augusto (coord. ed.) – *Livro preto*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

ERDMANN, Carl – *A Secularização dos Arquivos da Igreja em Portugal*. In *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol.VIII, n.º 29,30,31 32, (1927), p. 48-57.

MADAHIL, António Gomes da Rocha – *O privilégio do isento de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal [de Coimbra], 1940.

NOGUEIRA, Pedro Álvares – *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1942.

PEREIRA, Fernando Jasmins – *Bens Coimbra*. In PEREIRA, Fernando Jasmins – *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, 2.º vol. Lisboa: Editorial Resistência, SARL, 1983, p. 486-507.

RAMOS, António de Jesus – *Coimbra (diocese)*. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2002, p.387-399.

RODRIGUES, Manuel Augusto – *D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra*. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. V (1983). Coimbra, p. 1-53.

VASCONCELOS, António de – *Lista cronológica dos bispos de Coimbra*. Coimbra: Gráfica Conimbricense Limitada, 1924.

VASCONCELOS, Miguel R. de – *Relação nominal dos bispos de Coimbra desde a restauração da cidade do poder dos árabes em 1064 até ao presente*. In *Instituto*. Vol. 8 (1859), p. 94-96.

Nota ao elemento de informação *Sistema de organização*: o trabalho de organização arquivística foi coordenado por Ana Maria Leitão Bandeira e elaborado Ana Margarida Dias da Silva (no âmbito de uma bolsa curricular da Universidade de Coimbra) e Marta Luísa Gama Mendes (no âmbito de programa POC) que também redigiram *Sumários de documentos avulsos do fundo documental da Mitra Episcopal de Coimbra*. Coimbra, 2006 e *Tabela de correspondência de cotas do fundo documental da Mitra Episcopal de Coimbra*. Coimbra, 2006 (Acessíveis no AUC).

Nota ao elemento de informação *Características físicas*: foi elaborado um *Relatório de conservação do fundo documental da Mitra Episcopal de Coimbra* por Ana Margarida Dias da Silva e Marta Gama Mendes. Coimbra, 2006 (Acessível no AUC). Aqui se descreve cada unidade de instalação, estando acompanhado da respectiva reprodução fotográfica ilustrando, de forma detalhada, as patologias mais representativas.

Nota ao elemento de informação *Instrumentos de descrição*: a *Tabela de correspondência de cotas* estabelece a ligação entre as várias numerações dos livros da Mitra, atribuídas pelos diversos possuidores ao longo do tempo, com o objectivo de conciliar o trabalho arquivístico produzido por diversas gerações. Assim, faz-se a correspondência entre a cota atribuída na descrição actual com a cota topográfica antiga do AUC e as numerações atribuídas no cartório da Mitra (1818 e 1822) e na Torre do Tombo, quando os livros transitaram para Lisboa (1881).

**Regras ou convenções:**

*ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística adoptada pelo Comité de Normas de Descrição*, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 2004.

*NP- 405-1: Norma portuguesa: informação e documentação: referências bibliográficas: documentos impressos*. Lisboa: IPQ, 1995.

*prNP- 405-3: Projecto norma portuguesa: informação e documentação: referências bibliográficas: documentos não publicados*, 1996.

**Data da descrição:** Outubro de 2006. Revisão Outubro de 2007.

**Código de referência:** PT-AUC-DIO-MECBR / 01

**Título:** Certidões de doações, privilégios e confirmações

**Datas:** 1545-1815

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 22 liv.; 1 mç.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui livros encadernados com certidões autênticas e traslados de provisões régias, alvarás e títulos de doações, que conferem ou confirmam privilégios, mercês e direitos do bispo e também do Cabido da Sé de Coimbra. Apesar de, na generalidade dos casos, ser esta a tradição documental pela qual chegamos até nós, encontramos ainda alguns documentos na forma original (liv. 1, liv. 2A, mç. 1) Entre os referidos direitos e privilégios contam-se a jurisdição cível e crime nos coutos da Mitra de Coimbra, os direitos de arrecadar rendas e dívidas da mesma forma que os rendeiros da coroa, os poderes de apresentação de ouvidor, meirinho da ouvidoria, tabelião, juiz e escrivão dos órfãos, alcaide e o privilégio de: aposentadoria, poder caçar ou mandar caçar por criado, ter açougue privativo, ter caudel, etc. Entre os bens patrimoniais da Mitra figura a mata da Margaraça, em Coja, na qual colocava

couteiro, mas o bispo de Coimbra possuiu ainda o privilégio de cortar lenha nas matas reais. Em alguns casos surgem mesmo as certidões de nomeação para os cargos de tabelião e juiz dos órfãos (por ex. liv.9). Deve destacar-se o facto do bispo de Coimbra acumular o título de conde de Arganil, atribuído por Afonso V a D. João Galvão e aos seus sucessores, com o título de alcaide-mor de Avô, e ainda senhor de Coja, uma vez que os bispos de Coimbra eram donatários desta última localidade. Por esta razão encontramos traslados diversos do título de conde de Arganil, como, por exemplo, os datados de 1683 e 1778 (mç 1). Ilustra a existência de paço episcopal em Arganil e Coja, com autos de posse, em 1780, dos mesmos paços, já então arruinados (liv. 9, fl. 31 e 33).

Os documentos originais que foram trasladados encontravam-se em diversos cartórios, nomeadamente, Torre do Tombo, Cabido da Sé de Coimbra, Câmara Eclesiástica e Auditório Eclesiástico da mesma cidade e ainda em cartórios de colegiadas, como a da S. João de Almedina de Coimbra, e de câmaras de coutos, como os de Arganil e Barrô.

A documentação mais antiga trasladada remonta a 944 e retrata a divisão de territórios entre o bispo de Coimbra e os primitivos cenóbios da Vacariça, Lorvão e Santa Cruz, bem como a participação de alguns bispos de Coimbra, como D. Nausto (876-902), D. Froarengo (905-907) e D. Gonçalo (1109-1128), na constituição dos limites do bispado de Coimbra e na divisão do território português. Estão igualmente presentes, na referida documentação medieval, o conde D. Henrique e os primeiros monarcas portugueses, D. Afonso Henriques e D. Sancho I, bem como diversas personalidades, podendo citar-se Paio Soares, alcaide de Montemor-o-Velho, e ainda Mido Pais, Sesnando Aires e Maior Alvites, como autores de doações ao bispado de Coimbra (liv. 5).

As referidas certidões e traslados foram solicitadas em circunstâncias e momentos distintos. Primeiramente, a pedido do deão, dignidades e Cabido da Sé de Coimbra, quando assumem funções na administração do bispado, em períodos de *sede vacante* (liv. 11). Num segundo caso, a pedido do bispo D. Francisco de Lemos (1735-1822), logo depois de tomar posse do bispado, e sobretudo entre 1780 e 1782, tendo sido relevante a sua acção em reunir provas autênticas dos direitos e privilégios da sua mesa episcopal. Este facto transparece na enorme massa documental então produzida, no âmbito da defesa dos privilégios da Mitra, como o atestam os dezassete volumes então elaborados (liv.1, 3 a 10 e 12 a 19A). Foram invocados, como factos que levaram à solicitação de todas essas certidões e traslados, a perda de grande parte da documentação do cartório da Mitra, como se afirma inúmeras vezes nos pedidos de certidões. Podem ainda apontar-se, como exemplo desta situação, a alvará de D. Maria I, de 1 de Setembro de 1780, em que se ordena a certidão de documentos da Torre do

Tombo, a pedido do bispo de Coimbra, “porquanto a maior parte dos títulos que havia se tem distraído com a *sede vacante* de mais de trinta anos e outros que existem se acham em estado de se não saber o que eles contêm: e porque desta falta resulta prejuízo às mesma igreja que o suplicante deve conservar ilesa...” (liv. 7, fl. 98).

Inclui também cópias e alguns originais de avisos e cartas régias relativos a assuntos diversos, de exclusiva intervenção de D. Francisco de Lemos, como seja: a inspecção de obras do Mosteiro de Santa Clara; a transferência de religiosas do Colégio das Ursulinas de Pereira para a fundação de uma casa da mesma ordem em Viana; o ingresso de estudantes no Seminário de Coimbra; a autorização para mandar abrir minas nos seus coutos (de chumbo e de estanho); a assistência à celebração da escritura de esponsais da infanta D. Mariana Vitória com o infante D. Gabriel, etc. (liv. 19).

Inclui ainda certidões de capítulos das cortes de Santarém, Lisboa, Coimbra e Évora, nos reinados de D. Afonso IV, D. João I, D. Afonso V e D. João II, relativos à jurisdição episcopal e todas as outras jurisdições de câmaras, mosteiros e titulares (liv. 8).

Integra, além da referida documentação régia, traslados de bulas e breves pontifícios (nomeadamente de Inocêncio III, Gregório IX, Urbano II, Alexandre III, Honório III, João XXII e Leão X), relativos a privilégios da jurisdição episcopal e visitação de igrejas do padroado da Mitra e de outros padroados. Retrata os diversos litígios em questões de jurisdição, sobretudo com as Ordens Militares de Cristo, de Avis e de Santiago da Espada, pelo facto de algumas igrejas situadas no bispado de Coimbra, pertencentes às duas primeiras ordens militares (liv. 12). Contém o processo contra as pretensões da Ordem Militar de Cristo, suscitado pela suspensão do vigário da igreja Soure, na sequência de uma visitação a esta igreja do padroado da referida ordem. Este processo encontra-se em inúmeras cópias, localizadas em volumes diversos (liv. 6, 10, 12 e 13). Figura ainda, ditada por divergências de jurisdição de padroados, nas igrejas de Ega, Redinha e Pombal, a composição entre o bispo de Coimbra e a Ordem dos Templários (liv. 3).

D. Francisco de Lemos foi reitor do Colégio das Ordens Militares (1761), desembargador dos agravos da Casa da Suplicação (1768), reformador reitor da Universidade (1772) e bispo de Zenopolis (actual Isnebol, Turquia). O facto de ter desempenhado o cargo de juiz geral das Ordens Militares (1767) pode estar relacionado com a existência dos documentos referidos. Aparentemente sem relação directa com o bispado de Coimbra, e provavelmente por semelhança com situações ocorridas, integra documentos relativos à questão que envolveu o padroado das ordens militares e o bispo de Beja, D. Fr. Manuel do

Cenáculo Vilas Boas, bem como a questão da nomeação do cura da igreja de Vila Fresca de Azeitão, pertencente à Ordem de Santiago.

Do mesmo modo surgem os documentos relativos ao padroado do Ultramar (igrejas de Goa, Macau, Rio de Janeiro, etc.) e o litígio com a Ordem de Cristo, incluindo pareceres jurídicos, aparentemente elaborados na sequência de um pedido de Fr. Lourenço de Santa Maria, arcebispo de Goa (1742-1752). Estava em causa a perda de privilégios da mesma ordem nas Índias Orientais, que passaram para a jurisdição episcopal do Funchal, aquando da fundação desta diocese em 1514, terminando então a jurisdição do vicariato *nullius dioecesis* de Tomar. Refere-se igualmente a criação do bispado de Goa, em 1534, depois de ter estado sob a jurisdição espiritual da Ordem de Cristo e posteriormente da diocese do Funchal (1514). Nesta questão é também invocada a criação dos bispados de Angra, S. Tomé e Cabo Verde. Fornece, igualmente, traslados de documentos pontifícios relativos à jurisdição da Ordem Militar de S. João Baptista do Hospital de Jerusalém, nomeadamente a bula de Pio V de 22.9.1571 (liv. 12).

Ilustrativos de litígios diversos, ocorridos no episcopado de D. Francisco de Lemos, incluem-se os documentos relativos à questão com o auditor da Nunciatura, Mons. Gaudêncio Antonini, que ocorreu em 1784 pela sua intromissão, à revelia do bispo conde, na colação do pároco da igreja de S. João de Almedina, de Coimbra, pertencente ao padroado da Mitra (em três volumes, sendo o mais completo o liv. 14A e uns parcialmente cópia de outros - liv. 14, 14A, 15 e mç. 1). A referida documentação inclui também cópias de documentos anteriores a 1784 justificativos da defesa da jurisdição episcopal. São também da mesma data os traslados da doação que o bispo D. João de Melo fez, em 1695, à irmandade dos Clérigos Pobres, de uma capela na referida igreja (liv. 9). Contém ainda documentos relativos aos conflitos de jurisdição entre a Mitra e o Mosteiro de Santa Cruz, originados pela pretensão de D. Francisco de Lemos em provar que este mosteiro estava sob sua alçada episcopal, para o que solicitou diversos traslados de documentos régios e pontifícios (liv. 16). De facto este mosteiro, isento *nullius dioecesis*, esteve na origem de inúmeras questões com os prelados conimbricenses. Alguns dos territórios deste mosteiro foram desanexados para formar o bispado de Leiria, em 1545, vindo a ser alargado em 1585; o mesmo acontecendo com territórios desanexados do bispado de Coimbra, em período de *sede vacante* (liv. 7). Também com a criação do bispado de Aveiro foi desanexado de Coimbra o couto de Barrô (1795), situação que ditou o litígio entre os dois prelados, resolvido a favor do bispo de Aveiro (liv. 9). Retrata a renovação da manutenção de direitos e regalias de jurisdição em coutos da Mitra, concedida aos bispos pelo poder régio, que ocorre também no episcopado de D.

Francisco de Lemos, como o atestam o alvará e a carta régia de D. Maria I, ambos em pergaminho, de 1785 (liv. 2A) e os autos de posse dos coutos da Mitra, e seu padroado, de Vila Verde, Serroventoso, Vacariça, Arazedo, Casal Comba, Mogofores, Barrô, Arganil, Coja, Vila Cova, Avô, Lourosa, Nogueira, S. Sebastião da Feira, Margaraça de Coja, Candosa, Midões, Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro, pelo seu procurador Pe. Manuel de Seíça, em 1782. Acompanhando estes autos de posse encontram-se alguns títulos de aforamento e autos de arrematação nas referidas localidades (liv. 9). Questões sobre a demarcação destes coutos ficam patentes com o auto de demarcação entre Barrô e Aguada de Cima, em 1691 (liv. 10), assim como o litígio com o Duque de Aveiro sobre a jurisdição do couto de Lavos, em 1650-1651 (liv. 6 e 8).

Ilustra a jurisdição da Mitra sobre coutos do bispado de Coimbra através de traslados de cartas régias de doação e confirmação dos coutos de S. Cristóvão da Ermida, Lourosa, Coja, Midões, S. Romão, Vacariça, Arganil, Paços e Casas de Curval (liv. 8) e traslados dos forais de Aguim, Arganil, Barrô, Lourosa, Mogofores e Nogueira, datados de 1514 (mç. 1 e liv. 9).

Os traslados provenientes de documentos da Torre do Tombo foram autenticados pelos seus guardas-mores Manuel da Maia (1750, 1754), José Seabra da Silva (1769) e por João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, irmão do bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos, (1780-1792). Os traslados redigidos em Coimbra têm a intervenção de tabeliães privativos do Cabido, como por exemplo: Brás Nogueira Guimarães (1751), Joaquim Alexandre de Oliveira (1784), Domingos António Monteiro (1780-83, 1785) e José Monteiro Soares (1786, 1789-90, 1792, 1797). Algumas das cópias referem a presença do bacharel Manuel Rosado Varela (1796), perito na leitura de letras antigas, para confirmação dos traslados (liv. 9).

Como escrivães da Câmara Eclesiástica de Coimbra surgem: Teotónio Mendes de Carvalho (1782-1783), Manuel Coelho (1783); João dos Santos Veloso de Azevedo Coutinho, simultaneamente notário apostólico e escrivão da câmara episcopal (1790); citem-se ainda José Teodoro de Lemos Duarte (1782) e António José Correia, como escrivães da câmara eclesiástica de Beja (liv.13).

Alguns destes livros possuem índice dos documentos.

### **Sistema de organização:**

Ordenação cronológica dos volumes, segundo os cartórios de proveniência dos documentos originais que neles se trasladam. Foi seguido este critério por se verificar que no próprio cartório da Mitra se adoptou como factor de ordenação o cartório de origem dos documentos trasladados, como pode verificar-se pelos rótulos de título nas

lombadas. A série ficou assim organizada: originais da Mitra (liv. 1, liv. 2, liv. 2A) cartório do Cabido (liv. 3 a liv. 6); Torre do Tombo (liv. 7 e liv. 8); vários cartórios (liv. 9 e liv. 10), Mitra (liv. 11), Ordens Militares (liv. 12 e liv. 13), Núncio (liv. 14, liv. 14A e liv. 15), Santa Cruz (liv. 16), Coutos (liv. 17 e liv. 18) e D. Francisco de Lemos (liv. 19 e liv. 19A). Os volumes estiveram organizados segundo as datas dos documentos originais, mas, presentemente, adoptou-se a data do traslado para elemento de ordenação. Foi necessário atribuir os números 2A, 14A e 19A a volumes localizados já depois de ter sido feita a descrição das séries e fundo.

Alguns dos volumes não têm, internamente, qualquer ordenação e reúnem documentação que originalmente esteve dispersa ou com outra encadernação, como o testemunham a diversidade de dimensão das folhas e a cor dos cortes de papel.

No final foi colocado um maço formado por documentos avulsos (mç 1), que são, essencialmente, cópias de outros documentos já reunidos nos liv. 5 e liv. 6.

#### **Características físicas:**

Encadernações esfoliadas e roídas, folhas rasgadas, repasses de tinta e acidez, dificultando a leitura. O liv. 2A, com encadernação em marroquim vermelho, ferros a dourado e fechos, contém alvará e carta régia de D. Maria I, de 31.01.1785 e 30.06.1785, em pergaminho. Já não possuem os selos pendentes e foram aparados os documentos para posterior encadernação - com consulta sob reserva, no cofre do AUC (onde possui o n.º de ordem 49).

#### **Existência e localização de originais:**

Em alguns dos traslados de documentos régios copiados a partir dos originais existentes na Torre do Tombo, faz-se, por vezes, menção da localização dos originais (livros das chancelarias, gavetas).

Portugal, Torre do Tombo, *Colecção de Forais* n.º 8 (Arganil) e n.º 10 (Barrô e Aguada)

#### **Existência e localização de cópias:**

Portugal, Torre do Tombo, *Livro Preto da Sé de Coimbra* - contém as mais antigas cópias de documentos também trasladados nesta série.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Cabido da Sé de Coimbra (F)* - contém cópias de documentos trasladados nesta série.

Portugal, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Câmara Municipal de Coimbra* (F), *Registos de provisões* (SR) - contém registo de privilégios concedidos ao bispo de Coimbra.

**Unidades de descrição relacionadas:**

A série *Autos e sentenças* engloba certidões de alvarás e provisões relativos a privilégios e doações (liv.20).

**Nota:**

Título formal. A série assume o título referenciado em algumas das unidades de instalação, como por exemplo *Certidões de títulos de privilégios e doações tirados de vários cartórios* (liv. 9). O mesmo título é referido na unidade de descrição do nível inferior da série *Inventários* (liv.127).

**Datas:**

**Cotas :**

|           |                                      |
|-----------|--------------------------------------|
| 1545-1782 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 01  |
| 1633-1683 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 02  |
| 1785      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 02A |
| 1789-1797 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 03  |
| 1780-1797 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 04  |
| 1780      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 05  |
| 1783-1787 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 06  |
| 1750-1792 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 07  |
| 1780-1782 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 08  |
| 1536-1815 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 09  |
| 1585-1805 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 10  |
| 1655-1752 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 11  |
| 1783      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 12  |
| 1783      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 13  |
| 1784-1788 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 14  |
| 1784-1788 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 14A |
| [1784]    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 15  |
| 1786      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 16  |

|            |                                      |
|------------|--------------------------------------|
| 1773-1793  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 19  |
| séc. XVIII | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 19A |
| 1554-1794  | Mitra Episcopal de Coimbra, mç. 1    |

**Código de referência:** PT-AUC-DIO-MECBR / 02

**Título:** Autos e sentenças

**Datas:** 1484-1835

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão:** 22 liv.; 2 mç.; 1 cad.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui autos de natureza diversa, como sejam: libelo cível, embargo, comisso, reconhecimento de domínio directo e direitos dominiais, execução e liquidação, etc., bem como sentenças e seus traslados. Na sua generalidade, estes autos e sentenças tiveram origem no dirimir das questões relacionadas com a posse, domínio e direito de jurisdição cível, crime e eclesiástica nos coutos da Mitra, situados no bispado de Coimbra, questões de encabeçamento e destrinça de prazos e casais, ou ainda, em litígios sobre a percepção de rações, foros, rendas e laudémios das propriedades em que a Mitra detinha o domínio directo e direitos dominiais.

Inclui ainda sentenças, de natureza distinta, como o processo de 1574, sobre o provimento do juiz dos órfãos da vila de Midões, a isenção de correição e a jurisdição cível nos coutos do bispado, um caso de denúncia contra dois clérigos por violência contra uma mulher (1769) ou outro caso também contra um clérigo mas por desordem e mau comportamento (1769). Integra também uma outra sentença contra o Dr. António de Macedo e sua mulher, em questão originada pelas obras de acrescento de umas casas de habitação, prejudicando o edifício do Paço Episcopal (1794) (mç 2).

Entre as diversas questões entre a Mitra e particulares figura o litígio na demarcação do couto de Santo Varão e Formoselha, em 1535 (cad. 1). Estava então em causa o litígio entre o bispo D. Jorge de Almeida e D. Pedro de Menezes, filho de D. Jorge de Menezes, senhor de Cantanhede, que comprara Formoselha ao conde de

Penela. Este auto de demarcação encontra-se, aliás, em traslados de diferente data (liv. 21 e 40), atestando a forma dispersa como a documentação foi encadernada. Retrata outras questões com particulares, como, por exemplo: autos de libelo cível, envolvendo ainda o couto de Santo Varão, contra o Dr. José Tavares Esteves, chantre da igreja de S Pedro, e os capitães António Pinheiro Pimentel, Manuel Tavares Esteves e José Pimentel Gomes, para reconhecerem o direito senhorio da Mitra (liv. 33); execução de Jácome Bellon Júnior, do Porto, por falta de pagamento de laudémios, de 1817-1826 (mç.3); ou ainda a sentença contra a Casa de Aveiro, por impedimentos colocados aos juizes da Mitra, em 1711 (liv. 28). Permite conhecer, no que diz respeito a instituições litigantes, as frequentes questões com os corregedores da Beira e Estremadura e o corregedor da comarca de Coimbra, sobre a sua ingerência em áreas de jurisdição exclusiva da Mitra, nas seguintes localidades: Santo Varão, Formoselha, Arazede, Condeixa, Monforte, Trouxemil, Vacariça, Barrô do Luso, Casal Comba, Mogofores e Barrô de Aguada, Reveles, Lavos e Tavadede, S. Martinho, Coja, Arganil, Vila Cova, Couto do Mosteiro, Lourosa, Alcáçova, Beco, Dornes, Chão de Couce, Ansião, Pedrulha e Vale de Canas.

Reflecte, particularmente, os litígios com diversas outras instituições eclesiásticas, podendo citar-se, o Cabido de Coimbra, a Bula da Cruzada (1785) (mç.2), a questão entre a Mitra de Coimbra e a Mitra de Aveiro, sobre a cobrança de foros e rações no couto de Barrô de Aguada, ou sobre o pagamento dos dízimos de Mogofores, em 1781-1788 (liv. 27). Ou ainda a sentença contra o vice-reitor do Seminário diocesano de Coimbra, Rev. José Simões, sobre a cobrança de um terço dos dízimos da igreja de Santo Varão, em 1768 (liv. 21).

Integra documentação que ilustra o privilégio que a Igreja Patriarcal de Lisboa tinha de receber um terço de todas as rendas da Mitra de Coimbra e de alguns benefícios desta diocese. O Colégio Patriarcal tinha privilégio de jurisdição, seguindo o Regimento do Juiz da coroa no distrito de Santarém (liv.22).

Os autos e sentenças são emanados de diversas instâncias judiciais, nomeadamente Juízo eclesiástico de Coimbra, Juízo dos tombos de Coimbra, Juízo dos feitos da Coroa e Casa da Suplicação, Tribunal da Relação do Porto, Tribunal da Legacia, Juízo de fora de Seia, Juízo ordinário de Coja e Tribunal da Apelação do arcebispado de Braga.

Inclui também originais ou traslados de sentenças em que a Mitra, não surgindo envolvida no processo, não deixou de solicitar uma cópia destes documentos, como

aquela em que vemos envolvidos o juiz, vereadores e procurador da comarca de Barrô com o bispo de Aveiro, que correu na Relação do Porto (liv.31) ou a questão que envolveu os irmãos da Mesa da Misericórdia do Porto com o bispo em 1693 (mç.2).

A maior parte dos autos e sentenças reporta-se às áreas de jurisdição do bispado, nomeadamente: Santo Varão e Formoselha, Arazede, Condeixa, Monforte e Trouxemil, Vacariça, Barrô do Luso, Casal Comba, Mogofores e Barrô da Aguada, Reveles, Lavos e Tavadede, S. Martinho, Santo André de Poiães, Sindim e Nabainhos, Coja e Carragosela, Arganil, Vila Cova, Couto do Mosteiro e Lourosa, Alváçova, Beco, Dornes, Chão de Couce e Ansião, Pedrulha, Vale de Canas, Casais de Eiras, Lourosa, Zambujal e Casal dos Palheiros da Loba (Casal do Lobo, Santo António dos Olivais).

Como documentação associada a alguns dos processos de autos e sentenças, existem alvarás e provisões régias sobre a jurisdição das terras e coutos da Mitra na comarca da Beira. Dado que o privilégio de jurisdição cível e crime foi conferido ao bispo de Coimbra apenas por períodos determinados, era necessário solicitar ao monarca a renovação desses privilégios, a qual foi concedida pela referida documentação régia (liv. 20 e 21).

Simultaneamente, encontram-se também encadernados com os autos e sentenças, os autos de tombos ou traslados de tombos de algumas localidades do bispado, como, por exemplo: os autos do tombo de Alcáçova da vila de Montemor de 1752 (Santa Maria de Alcáçova de Montemor-o-Velho) que, tendo sido principiados mas não terminados, foram encadernados com a colecção de autos e sentenças desta localidade, (liv.28); a certidão do tombo do Couto de Casal Comba de 1685, de forma a reconhecer os limites dos casais e a sua obrigação de pagar rações de azeite, legumes e outros foros à Mitra (liv.27); o traslado do tombo da Pedrulha de 1659 (liv.22) e o traslado do tombo de Santo Varão de 1750 (liv.40).

De um dos volumes existe também o traslado feito em 1749, devido ao estado de conservação em que se encontrava, como ficou registado (liv. 20 e 21). A provisão régia que autorizou o traslado, datada de 1744, refere que os documentos deveriam valer como originais e a sua autenticação foi feita na presença do corregedor de Coimbra Dr. Caetano Lourenço de Azevedo, tendo sido nomeado para a leitura o perito paleógrafo Simão de Almeida Ribeiro. Os livros foram depois entregues a João Silveira Tinoco, mordomo do bispo D. Miguel da Anunciação.

Como instrutores do processo citem-se o doutor Francisco de Sales Branco Pimentel, desembargador de Sua Majestade e corregedor com alçada na cidade de

Coimbra e sua comarca, o doutor Miguel Pagolo Amaral e Menezes, juiz de fora do cível com predicamento de correição ordinária com alçada na cidade de Coimbra e seu termo, o doutor José de Melo Coutinho Garrido, fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo na Ordem de Cristo, desembargador com alçada na cidade de Coimbra, o Juiz executor privativo da Mitra, Dr. António Mascarenhas de Mesquita Pimentel de Carvalho (1821) e Matias de Melo e Lima, desembargador e ouvidor (1708).

A intervenção processual da Mitra ocorre através de um procurador com pleno poderes de actuação em qualquer júízo do reino e tribunais eclesiásticos e seculares, como acontece com Manuel Álvares Brandão (1697), António Freire Barata, Jacinto Pires Frazão, Bernardo da Silva e António da Silva (1751), José Dias Brandão (1784) e Manuel de Sousa Nogueira (1801).

Testemunha a actividade de escritvães, como José Tavares (1722), Manuel da Costa Cardoso (1750) e José Guerreiro de Mesquita Cardoso (1806); os escritvães do Auditório, Manuel Pais de Azevedo (1708) e António Xavier de Sá e Vasconcelos, (1801); os tabeliães de notas António Cardoso, (1698) e Manuel Francisco dos Santos (1745); José Gonçalves de Abreu, escritvão do Tribunal da Legacia (1788) e José Joaquim da Costa, protonotário apostólico e ministro das causas do Tribunal da Legacia e Nunciatura Apostólica (1788).

Todos os volumes possuem índice, apesar de este se encontrar incluído, por vezes, no primeiro volume de cada conjunto de livros pertencentes às mesmas localidades. As datas limite de alguns volumes não são representativas da maioria dos documentos incluídos, como, por exemplo, figura no liv.26, que é maioritariamente de 1743 a 1768, incluindo apenas um documento de 1689, com o traslado de um aforamento feito por tabelião de Cernache.

### **Sistema de organização:**

Foi adoptada a organização por nome de localidades, atribuída a estes volumes no cartório da instituição produtora, de acordo com o *Índice do Cartório da Mitra* de 1818 (liv.127). Excepcionalmente, foram colocados no início os autos originais e seu traslado relativos a Santo Varão e Formoselha (liv.20 e 21), seguido do caderno em pergaminho com a demarcação de Santo Varão e Formoselha, de 1535 (cad.1) que foi retirado do liv.20 por ser de dimensão maior em relação à encadernação, estando dobrado, prejudicando a sua conservação documental. Verificou-se que os livros, na sua maioria, foram encadernados com miscelâneas de documentos relativos a autos e sentenças, e

outros documentos com eles relacionados, não obedecendo a encadernação, aparentemente, a qualquer critério.

Os documentos avulsos relativos a localidades diversas foram ordenados cronologicamente e colocados no final (mç.2 e 3).

### **Características físicas:**

Repasses de tinta, encadernações danificadas, papel rasgado, esfoliado e com acidez, prejudicando a leitura. O caderno de pergaminho (cad. 1) apresenta ainda os vincos de dobragem por ter estado encadernado com o liv. 20.

### **Existência e localização de originais:**

A série de *Tombos de demarcação e reconhecimento* apresenta alguns documentos inseridos nesta série.

### **Unidades de descrição relacionadas:**

A série de *Tombos de demarcação e reconhecimento* contém igualmente alguns autos e sentenças, por exemplo os livs.52, 64, 74 e 81; assim como a série das *Certidões de doações, privilégios e confirmações* (liv. 6)

### **Notas:**

Título formal.

| <b>Localidades</b>  | <b>Datas</b> | <b>Cotas</b>                        |
|---|--------------|-------------------------------------|
| Santo Varão e Formoselha  | 1484-1692    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 20 |
| Santo Varão e Formoselha  | 1749         | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 21 |
| Santo Varão e Formoselha  | 1535         | Mitra Episcopal de Coimbra, cd. 1   |
| Pedrulha  | 1726-1788    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 22 |
| Pedrulha  | 1750-1763    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 23 |
| S. Martinho   | 1685-1745    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 24 |
| S. Martinho   | 1744-1783    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 25 |
| S. Martinho   | 1737-1768    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 26 |
| Vacariça, Barrô do Luso, Casal Comba, Mogofores e Barrô da Aguada | 1697-1788    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 27 |

|  |            |                                     |
|--|------------|-------------------------------------|
| Alcáçova   | 1711-1757  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 28 |
| Arazede, Monforte, Coimbra, Condeixa e Trouxemil   | 1694-1792  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 29 |
| Santo André de Poiares, Sindim, Nabainhos e outros   | 1708-1783  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 30 |
| Vale de Canas, Pedrulha, Casais de Eiras, Santo Varão, Barrô, Arganil e Lourosa, Zambujal, S. Martinho | 1763- 1813 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 31 |
| Vale de Canas, Pedrulha, Casais de Eiras, Santo Varão, Barrô, Arganil e Lourosa, Zambujal, S. Martinho | 1750-1806  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 32 |
| Vale de Canas, Pedrulha, Casais de Eiras, Santo Varão, Barrô, Arganil e Lourosa, Zambujal, S. Martinho | 1750-1759  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 33 |
| Vale de Canas, Pedrulha, Casais de Eiras, Santo Varão, Barrô, Arganil e Lourosa, Zambujal, S. Martinho | 1584-1806  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 34 |
| Arganil, Vila Cova, Couto do Mosteiro e Lourosa  | 1683-1789  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 35 |
| Beco, Dornes, Chão de Couce e Ansião   | 1725-1753  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 36 |
| Coja e Carrogosela   | 1709-1790  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 37 |
| Reveles, Lavos e Tavadede  | 1707-1773  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 38 |
| Reveles, Lavos e Tavadede  | 1711-1789  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 39 |
| Santo Varão e Formoselha   | 1750-1768  | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 40 |
| Casal dos Palheiros da Loba  | 1825       | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 41 |
| Diversas localidades   | 1756-1794  | Mitra Episcopal de Coimbra, mç. 2   |
| Diversas localidades   | 1796-1835  | Mitra Episcopal de Coimbra, mç. 3   |

**Código de referência:** PT-AUC-DIO-MECBR / 03

**Título:** Tombos de demarcação e reconhecimento

**Datas:** 1586-1776

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão:** 57 liv.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui tombos de demarcação e reconhecimento, os quais integram autos de demarcação e medição de propriedades, bem como autos de reconhecimento da Mitra como directo senhorio de coutos e prazos, e reconhecimento da sua jurisdição e direitos. Estes autos de reconhecimento, por parte dos foreiros, agregam os documentos de outorga dada por suas mulheres e instrumentos de procuração dos que não puderam estar presentes. No mesmo sentido, integra os autos de identificação de cabeças de casal, os termos da sua eleição e ainda a descrição dos seus bens, os termos de destriça de propriedades, feitos por louvados (nomeados após eleição prévia, entre todos os moradores, perante o juiz do tombo e o procurador do bispado), com respectivos termos de lançamento e louvação para efectuarem as demarcações, bem como as citações de confrontantes.

Ilustra a forma de elaboração dos diversos tombos, com as citações, para assistirem às demarcações, de inúmeros proprietários e instituições cujos bens eram confrontantes com os bens da Mitra, os quais apresentam, por vezes, os seus procuradores, ficando incluídas as respectivas procurações. Permite conhecer algumas instituições confrontantes, como o Colégio de S. Bernardo e o Mosteiro de Santa Cruz (liv. 74); ou também o Colégio de Coimbra, da Companhia de Jesus, mas neste caso por trazer em aforamento perpétuo o paul de Quitide (liv. 78). Em períodos de *sede vacante* os tombos foram elaborados por ordem do Cabido da Sé de Coimbra.

Revela os juízes que presidiram à elaboração dos tombos, podendo referir: António de Lemos (1573-1588), o licenciado Francisco Vieira Aranha, (1630-1631), Francisco de Faria (1659-1661), António Barreto de Castilho (1668-1673), Manuel de Abrantes Teixeira (1685), Manuel Francisco Máximo (1685), o doutor Manuel Abrantes

Teixeira (1687), Francisco Figueiredo Pereira (1688-1690), António Duarte de Barros (1702-1703), Martinho Cortes de Carvalho (1711-1712), o doutor Lourenço Gonçalves Vaz Morilhas (1722-1723), o licenciado António de Lemos, o doutor Diogo Ribeiro Santiago (1724-1737) (que acumulava as funções de juiz dos tombos da Mitra e do Cabido uma vez que a sua nomeação foi feita em período de *sede vacante*), Baptista Cardoso de Seixas (1742-1750) e Matias da Fonseca Correia (1752).

Na redacção dos referidos tombos participam, entre outros, os seguintes escrivães: Luís Francisco (1588), Amaro da Costa Bonicho (1629), Pero de Andrade de Mesquita (1630-1631), António Pais Rebelo (1659), Manuel Ferreira Máximo (1666-1687), João da Rocha Pimentel (1702-1703), Manuel Alvares de Carvalho (1711-1712), Manuel Franco da Costa (1711-1712), Gonçalo de Brito (1712), Manuel de Oliveira da Assunção (1723-1726), Sebastião de Almeida (1736), Cristóvão de Almeida (1737), e António de Lemos e Nápoles (1763).

Entre as localidades representadas, em maior número de tombos, figuram: Arganil, Casal Comba e Vacariça, (trinta e três volumes), Serro Ventoso, Lavos, S. Martinho e Coja. Alguns dos tombos mais antigos, como por exemplo os de 1586, (liv. 42 e 53) revelam a razão de ser da sua elaboração, que decorre na sequência de uma petição endereçada ao rei pelo bispo de Coimbra, na qual alega que muitas das propriedades do seu bispado andavam alienadas e sonegadas, devendo ser feitas novas demarcações e medições de bens, com redacção dos respectivos tombos. Os tombos de Arganil e de Coja, fornecem informações sobre a existência de um Paço episcopal naquelas localidades, apesar de apenas se fazer a medição das suas ruínas (liv. 47 e liv. 65).

Inclui também, devido à Sé Patriarcal de Lisboa receber parte das rendas dos bispados do país, alguns autos de reconhecimento elaborados para se averiguar as razões que recolhia em bens da Mitra de Coimbra. A título de exemplo, pode citar-se o auto de reconhecimento das propriedades situadas dentro do couto de S. Martinho, elaborado em 1743-1746, identificando as quintas de Bencanta, da Várzea, da Raposa e da Póvoa, com reconhecimento do pagamento da razão de um sexto e laudémios à Sé Patriarcal (liv. 74).

Compreende também os autos de demarcação entre coutos da Mitra e demais instituições e proprietários particulares, como sejam: demarcação do couto da Vacariça com Casal Comba e desta localidade com o reguengo do Canedo, tocante à Casa de Aveiro, ou com terras que confinavam com o Marquês de Cascais e senhor da vila de

Ançã, D. Luís Álvares de Castro e Sousa (liv. 57). Ou ainda, no mesmo sentido, a demarcação com terras do morgado de D. Pedro de Almeida (liv. 84); a demarcação de terras do couto da Vacariça com casais do Mosteiro de Celas e com o Mosteiro do Lorvão (liv. 86), ou também a demarcação de terras no couto de Brunhós, com o Duque de Aveiro (liv. 54).

Contém igualmente, como documentação associada aos mencionados tombos de demarcação e reconhecimento, alguns traslados de aforamentos, nomeadamente nos liv. 52, 57 e 59. Do mesmo modo se registam traslados dos forais manuelinos de Arganil (liv. 50) e de Casal Comba (liv. 61 e 64) e ainda alguns autos e sentenças, incluídos nos liv. 52, 64, 74 e 81.

Ilustra a formação do património da Mitra, resultante muitas vezes da permuta de propriedades, como por exemplo, o traslado de uma escritura de escambo, datada de 1432, entre o bispo D. Martinho e o prior do Mosteiro de Folques, relativa ao prazo de Teixeira, a aldeia de Rochel e casais de Arganil (liv. 43).

Reflecte a falta de alguns volumes, como se deduz pela numeração aposta na lombada de certos tombos: por exemplo, o volume de 1736, relativo a Arganil que seria o vol. 1, como se deduz do facto de existir o vol. 2 e o vol. 3 (liv. 50 e liv. 51). O que igualmente se pode concluir pela referência a tombos e forais de datas anteriores que hoje já não existem (liv. 78).

Alguns livros possuem índices.

### **Sistema de organização:**

Ordenação dos volumes segundo uma ordem alfabética dos locais a que dizem respeito, seguida de ordenação cronológica. Ficaram assim ordenados Abrunheira (liv. 42), Arganil (liv. 43 a 51), Avelãs de Cima (liv. 52), Barrô de Aguada e Couto de Ermida (liv. 53), Brunhós (liv. 54), Casal Comba (liv. 55 a 64), Coja (liv. 65 e 66), Lavos (liv. 67 a 69), Pedrulha (liv. 70 a 72), S. Martinho (liv. 73 a 74), Senhorinha e Nogueira, no termo de Sever (liv. 75), Serro Ventoso (liv. 76 a 77), Serro Ventoso e Reveles (liv. 78 e 81), Vacariça (liv. 82 a 95), Vale de Canas (liv. 96 e 97) e por fim um volume dedicado a diversas localidades da província da Beira em que se incluem Várzea, Nogueira, Candosa, Avô, Vila Cova, S. Sebastião da Feira, Barril, S. João da Tapada, Castanheira (liv. 98). Em alguns volumes verificou-se que, internamente, nem sempre se seguiu a ordem cronológica, mas sim uma ordenação alfabética de cadernos

respeitantes a cada localidade, ou ainda a ordenação alfabética pelo nome dos cabeças de casal.

### **Características físicas:**

Encadernações esfoliadas e desmembradas; folhas destacadas e repasses de tinta, dificultando a leitura. Deve referir-se que já no *Inventário do cartório* de 1822 (liv. 128, mç. 8) se indica, inúmeras vezes, ao inventariar os tombos do cartório, “volume muito velho e quase ilegível” ou “volume de letra antiga quase ilegível” ou ainda “letra muito antiga e pouco se pode ler”, “tem muito má letra e está algum tanto lacerado”, sobretudo os liv. 67 e liv. 69.

### **Existência e localização de cópias:**

Existe um volume igual ao tombo de Brunhós, 1702-1712 (liv. 54) no AUC - *Cabido da Sé de Coimbra*. No entanto, este último parece estar mais completo por incluir a carta de sentença do juiz do tombo Dr. António Duarte de Barros. Por razões desconhecidas, cada volume esteve, desde sempre, incluído nos fundos respectivos do Cabido e da Mitra.

### **Existência e localização de originais:**

Na série de *Autos e sentenças* encontram-se, por exemplo, os autos do tombo de Alcáçova da vila de Montemor de 1752 (Santa Maria de Alcáçova de Montemor-o-Velho) que, tendo sido principiados, não foram concluídos.

### **Unidades de descrição relacionadas:**

As séries *Autos e sentenças*, *Censuais e registo de receitas de foros e rendas*.

### **Notas:**

Título formal.

| <b>Localidades</b> | <b>Datas</b> | <b>Cotas</b>                        |
|--------------------|--------------|-------------------------------------|
| Abrunheira         | 1586-1629    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 42 |
| Arganil            | 1588-1631    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 43 |
| Arganil            | 1588-1631    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 44 |
| Arganil            | 1630-1631    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 45 |

|                                  |           |                                     |
|----------------------------------|-----------|-------------------------------------|
| Arganil                          | 1630-1631 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 46 |
| Arganil                          | 1711-1714 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 47 |
| Arganil                          | 1712-1713 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 48 |
| Arganil                          | 1712-1714 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 49 |
| Arganil                          | 1736-1737 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 50 |
| Arganil                          | 1736-1737 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 51 |
| Avelãs de Cima                   | 1591-1694 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 52 |
| Barrô da Aguada, Couto de Ermida | 1586-1589 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 53 |
| Brunhós                          | 1702-1712 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 54 |
| Casal Comba                      | 1685-1688 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 55 |
| Casal Comba                      | 1685-1689 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 56 |
| Casal Comba                      | 1685-1692 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 57 |
| Casal Comba                      | 1722-1724 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 58 |
| Casal Comba                      | 1722-1727 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 59 |
| Casal Comba                      | 1722-1728 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 60 |
| Casal Comba                      | 1722-1728 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 61 |
| Casal Comba                      | 1723      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 62 |
| Casal Comba                      | 1723-1726 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 63 |
| Casal Comba                      | 1724-1734 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 64 |
| Coja                             | 1658-1715 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 65 |
| Coja                             | 1712-1714 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 66 |
| Lavos                            | 1629-1630 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 67 |
| Lavos                            | 1629-1630 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 68 |
| Lavos                            | 1752      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 69 |
| Pedrulha                         | 1659      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 70 |
| Pedrulha                         | 1685-1688 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 71 |
| Pedrulha                         | 1737-1752 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 72 |
| São Martinho                     | 1685      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 73 |
| São Martinho                     | 1743-1763 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 74 |
| Senhorinha e Nogueira            | 1725-1735 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 75 |
| Serro Ventoso                    | 1629      | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 76 |
| Serro Ventoso                    | 1629-1630 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 77 |
| Serro Ventoso e Reveles          | 1586-1588 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 78 |
| Serro Ventoso e Reveles          | 1629-1631 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 79 |

|                           |           |                                     |
|---------------------------|-----------|-------------------------------------|
| Serro Ventoso e Reveles   | 1738-1749 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 80 |
| Serro Ventoso e Reveles   | 1762-1763 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 81 |
| Vacariça                  | 1660-1661 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 82 |
| Vacariça                  | 1660-1661 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 83 |
| Vacariça                  | 1660-1661 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 84 |
| Vacariça                  | 1660-1661 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 85 |
| Vacariça                  | 1722-1727 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 86 |
| Vacariça                  | 1722-1728 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 87 |
| Vacariça                  | 1723-1724 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 88 |
| Vacariça                  | 1723-1726 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 89 |
| Vacariça                  | 1723-1729 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 90 |
| Vacariça                  | 1724-1727 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 91 |
| Vacariça                  | 1768-1770 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 92 |
| Vacariça                  | 1770-1772 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 93 |
| Vacariça                  | 1771-1775 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 94 |
| Vacariça                  | 1775-1776 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 95 |
| Vale de Canas             | 1689-1733 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 96 |
| Vale de Canas             | 1731-1734 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 97 |
| <i>Província da Beira</i> | 1711-1714 | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 98 |

**Código de referência:** PT-AUC-DIO-MECBR / 04

**Título:** Livros de escrituras diversas

**Datas:** 1676-1834

**Nível de descrição:** série

**Dimensão:** 21 liv.; 1 mç.

**Âmbito e conteúdo:**

Engloba escrituras notariais, de tipologia diversa, em original e traslado, como sejam: escrituras de arrendamento, de fiança de rendeiros e foreiros, de rectificação de

contrato e de nova fiança, de aforamento, de renovação e reconhecimento de prazos, em que se reconhece a Mitra como senhorio directo, de confissão e obrigação de dívida e de escambo. Inclui igualmente as escrituras de outorga, consentimento, obrigação e aceitação de familiares dos foreiros e rendeiros, nomeadamente de suas mulheres, para celebração dos contratos com a Mitra. Integra algumas escrituras de obrigação de obras, designadamente dos celeiros de Santo Varão e de Reveles, em 1728, ou da casa de residência da igreja de Santa Maria de Alcáçova de Montemor-o-Velho, em 1729 (liv. 101).

As escrituras são, frequentemente, redigidas no paço episcopal ou na quinta de S. Martinho, conhecida como quinta de recreio do bispo, mas também em outros locais. Reflecte o sistema de elaboração dos actos contratuais, podendo estar presente o próprio bispo, como D. João de Melo, em escrituras que ocorrem entre 1695 e 1702 (liv. 100) ou um procurador do bispo de Coimbra, que pode ser o seu mordomo, como sucede em tempos posteriores com o Dr. João Cerveira Tinoco, mordomo de D. Miguel da Anunciação (liv. 105); ou ainda o Dr. Manuel Pedro de Figueiredo (liv. 107), o Rev. Manuel Jorge Ribeiro e o Rev. Manuel Ferreira Velho, mordomos de D. Francisco de Lemos (liv. 108). Revela a participação de diversos funcionários da Mitra, como o recebedor das rendas, o prebendeiro e o ecónomo, incluindo em todos os casos citados os traslados dos alvarás de procuração dos prelados episcopais. Nos casos em que as escrituras são celebradas com procuradores de rendeiros ou foreiros, incluem os traslados das respectivas procurações ou a informação sobre a sua apresentação ao tabelião que redige a escritura de arrendamento.

Algumas escrituras de renovação de prazos incluem autos de vedoria e medição; por sua vez, as renovações de prazos contêm igualmente certidões e traslados de escrituras de empraçamento, de data anterior, atestando que o prazo estivera na posse de familiares do foreiro que pede a renovação (diversos exemplos em liv.99). Ilustra o sistema de arrendamento: as rendas são, primeiramente, apregoadas para serem arrematadas em lanços a quem mais desse por elas, tornando-se necessário certificar que decorrerá já esse pregão. O arrendamento é feito, geralmente, por períodos quadrienais, embora por vezes possa ocorrer em períodos anuais. Cada contrato com os rendeiros englobava um grande número e diversidade de rendas, as quais podem estar sujeitas a sublocações pelos rendeiros.

Algumas escrituras incluem, por sua vez, os traslados dos autos e termos de arrematação, bem como outras escrituras de obrigação, fiança e aceitação e referem a

renúncia a qualquer juízo privativo, por parte dos rendeiros ou foreiros, os quais devem responder perante o juiz executor da Mitra, o corregedor ou o juiz de fora de Coimbra. Retrata a forma de pagamento, adoptada em diversas épocas e situações, não só em frutos das rendas, mas também pensões, cóngruas, ordinárias, propinas, eiradegas e todo outro qualquer encargo que estava anexado às rendas, como seja a obrigação de pagamento a curas e vigários de igrejas do padroado da Mitra.

Dado que 1/3 das rendas da Mitra de Coimbra, à semelhança dos restantes bispados, pertencia ao “colégio” da igreja patriarcal de Lisboa, desde 1720, e uma vez que a sua cobrança usufruía do privilégio do regimento de cobrança de rendas da fazenda real, as escrituras de arrendamento contêm, nos casos mencionados, traslados de procuração dos alvarás do referido colégio ao seu procurador, que celebra os arrendamentos, bem como traslado do alvará régio de 24 de Fevereiro de 1740 que outorga aquele privilégio ao cabido da igreja patriarcal de Lisboa.

Testemunha a localização de bens em Arega, Alcáçova, Arganil, Azóia e Verride, Alvaiázere, Almoester, Almassa e Cortegaça, Barrô e Aguada, Barra, Beco e Dornes, Ceira, Candosa, Covas, Castelo Viegas, Ameal e Taveiro, Coja, Seia, Cordinhã, Figueiró dos Vinhos, Vila Cova de Sub Avô (hoje Vila Cova de Alva), Ázere e São Paio, Foz de Arouce, Gouveia, Góis, Louriçal, Loriga, Lourosa e Oliveirinha, Lavos, Marmeleira e Cercosa, Maços de D. Maria e Midões, Nogueira, São Sebastião da Feira, Avô e Vale de Canas, Pereira e Penalva de Alva, Podentes, Pedrulha e Brasfemes, Puços, Pelmá, Maços de Caminho, Ansião e Abiul, Poiares, Pombalinho e Penela, Rabaçal e Zambujal, Reveles, Santo Varão e Belide, Seixo e Gatões, Pala e Meãs, Sandomil, São Martinho do Bispo, Santa Marinha e Paços de Santa Comba, Sobral, S. Facundo, Santa Comba Dão, Travanca, Lagares e S. Romão, Torres e Vale de Canas, Vila Nova do Casal, Vacariça, Vinha da Rainha e Moimenta, Curval, Galizes e Nogueira.

Segundo o inventário do paço episcopal, de 1822, entre o elenco de livros do cartório da Mitra figura o designado *livro da bezerra* (séc. XV-XVI), formado por escrituras de aforamento, que hoje já não é possível localizar.

Permite conhecer os tabeliães privativos da Mitra, ou tabeliães de diversas localidades, mas sobretudo de Coimbra, em caso de impedimento daqueles, como: Francisco Ferreira (1694), Manuel Ferreira Máximo (1694-1695), Pantaleão Cordeiro (1697), Francisco Pereira da Silva (1697), António Cardoso (1699), Simão da Silva (1699), Bernardo Pinheiro (1710), António Menezes Ribeiro (1712), Matias de Oliveira

(1716), Dionísio de Macedo Varela (1725), Manuel da Conceição Mouro (1728), António da Maia Pereira, (1729-1738), Diogo Rodrigues Cordeiro (1731-1733), Francisco de Moraes (1740), Francisco Xavier da Silva (1741), Brás Nogueira Guimarães (1742-1745), Francisco Cardoso dos Santos (1749), Manuel Francisco dos Santos (1749-1754), João Afonso Pereira da Cruz (1760-1761), António de Sequeira Pereira (1760-1768), António Marques Barreto (1768), Manuel Gomes de Bessa Negrão (1772-1779), Manuel Joaquim Reis (1776; 1796-1797), António da Silva e Andrade (1778-1801), Domingos António Monteiro (1780-1785), António Correia da Silva (1784), António Vaz (1784), Joaquim Alexandre Oliveira (1788-1789; 1792-1803), Manuel José das Neves (1792-1796), Manuel Lopes da Cruz Freire (1806-1809), António Monteiro Coelho (1812), Gregório de Carvalho e Lemos (1812-1815), Manuel Moreira Dias e Manuel Moreira Dias Júnior (1819-1828), Joaquim Frederico Machado de Almeida Peixoto (1831-1833), Joaquim Ferreira Machado (1834).

A maior parte dos livros possui termos de abertura e de encerramento, os quais foram redigidos por ordem do vigário geral do bispado, pelo corregedor da comarca ou pelo juiz de fora de Coimbra. Alguns livros contêm índices que identificam o tipo de escrituras e as localidades a que respeitam os contratos.

### **Sistema de organização:**

Ordenação cronológica dos volumes. Na sua maioria, trata-se de livros de notas especificamente destinados para escrituras de arrendamento (liv. 102 a 111 e liv. 113 a 119), tendo-se verificado que o primeiro livro desta série resulta de uma encadernação de escrituras diversas que se encontravam avulsas (liv. 99), como pode colher-se da estrutura interna do volume e seu título: *Colecção das escrituras de aforamentos e renovações de prazos. Livro único*. Neste volume foram encadernadas não só escrituras, mas também outros documentos relacionados com as mesmas: petições, procurações, autos de medições e confrontações. Foram colocadas em maço as escrituras que se localizaram avulsas (mç. 4).

### **Características físicas:**

Acidez, repasses de tinta e folhas destacadas, algumas encadernações truncadas e também rasgadas com omissão de texto, prejudicando a leitura, nomeadamente o liv. 103.

**Existência e localização de originais:**

Os fundos notariais de Coimbra existentes no AUC, contêm originais das procurações trasladadas nesta série e também algumas escrituras.

**Unidades de descrição relacionadas:**

As séries *Certidões das doações, privilégios e confirmações, Autos e sentenças e Tombos de demarcação e reconhecimento* contêm escrituras de aforamento, emprazamento, etc.

**Notas:**

Título atribuído.

| <b>Datas</b> | <b>Cotas</b>                         |
|--------------|--------------------------------------|
| 1676-1784    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 99  |
| 1695-1801    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 100 |
| 1710-1749    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 101 |
| 1728         | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 102 |
| 1731-1733    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 103 |
| 1735-1740    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 104 |
| 1760-1764    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 105 |
| 1765-1826    | Mitra Episcopal de Coimbra, mç.4     |
| 1768-1773    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 106 |
| 1773-1779    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 107 |
| 1780-1782    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 108 |
| 1783-1806    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 109 |
| 1788-1789    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 110 |
| 1792-1802    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 111 |
| 1803-1809    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 112 |
| 1812- 1815   | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 113 |
| 1819-1821    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 114 |
| 1822-1824    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 115 |
| 1824         | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 116 |
| 1825         | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 117 |
| 1826-1828    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 118 |

**Código de referência:** PT-AUC-DIO-MECBR / 05

**Título:** Registos de despesas

**Datas:** 1717-1887

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 5 liv.; 1 mç.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das despesas da Mitra com obras no Paço Episcopal, na Sé, na Quinta de São Martinho e em diversas igrejas do bispado de Coimbra. Ilustra os oficiais a quem a Mitra pagava vencimentos, nomeadamente, ministros e oficiais do Juízo eclesiástico, como o provisor, vigário geral, promotor, escrivão das armas, solicitador, porteiro, homens da vara, etc. Testemunha a prática musical na Sé de Coimbra, e a formação da capela do bispo, ao revelar os pagamentos ao mestre da capela, ao subchante, ao organista, ao mestre de oboé e aos chameleiros. Contém ainda pagamentos ao guarda da Sé, ao sineiro e ao guarda-livros; assim como a procuradores e agentes, ou solicitadores, que tratam de questões da Mitra em Coimbra, Porto e Lisboa. Inclui referências às esmolas dadas ao Recolhimento do Paço do Conde, a casas monásticas do Buçaco e mesmo de Évora, e despesas diversas, em que se inclui o pagamento ao Tribunal da Inquisição, despesas com o aljubeiro e presos do aljube eclesiástico, com o Seminário de Coimbra e o Colégio de Pereira; bem como o pagamento ao juiz de fora de Arganil (1828-1831) e pagamento a lentes do Colégio da Companhia de Jesus, em Coimbra. Ilustra a composição da “família do paço”, entre 1828 e 1831, formada por todos os indivíduos em serviço pessoal e particular do bispo no seu paço residencial: cozinheiro, guarda-portão, cirurgião, buleiro, ou seja o arrecadador das esmolas, etc.). Engloba o registo de despesas feitas em período de *sede vacante*, após o falecimento de D. António de Vasconcelos e Sousa, com indicação de

despesas do seu funeral e outras despesas pagas pelo tesoureiro e prioste da Mitra (1717- 1732).

Integra ainda documentos avulsos relativos a despesas com a Quinta de São Martinho do Bispo, entre 1807 e 1813, no que respeita a jornas de trabalhadores, em pequenos reparos em alfaias agrícolas; esmolas pagas pelo governador vigário capitular em 1838, por pedido de paroquianos e priores de diversas paróquias da cidade de Coimbra. Retrata, entre 1883-1887, despesas do bispo D. Manuel de Bastos Pina com a assinatura de periódicos, como *O progresso* e *Tribuna Popular*, com aquisições de receituário médico, prescrito pelo Dr. Daniel de Matos, pagamentos à Companhia Conimbricense de Iluminação a Gás, etc. (mç.5). Apenas o liv.120 possui índice.

**Sistema de organização:**

Ordenação cronológica.

**Características físicas:**

Acidez e folhas destacadas em alguns volumes.

**Notas:**

Título formal.

| <b>Datas</b> | <b>Cotas</b>                          |
|--------------|---------------------------------------|
| 1717-1732    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 119A |
| 1741-1743    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 119B |
| 1775-1776    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 120  |
| 1786-1804    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 121  |
| 1807-1887    | Mitra Episcopal de Coimbra, mç. 5     |
| 1828-1831    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 121A |

**Código de referência:** PT-AUC-DIO-MECBR / 06

**Título:** Censuais e registo de receitas de foros e rendas

**Datas:** 1402-1834

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 4 liv.; 1 mç.

**Âmbito e conteúdo:**

Compreende o censual de 1402 (liv. 122), em que estão registadas as colheitas do bispo de Coimbra, provenientes de concelhos e coutos, igrejas de Leiria e seu termo, da Ordem de Cristo, e outras igrejas do bispado de Coimbra, figurando no final a forma de juramento perante D. Jorge de Almeida. Inclui um outro censual, em traslado (pública forma) de 1616 (liv.123), e confirmado pelo escrivão da câmara António Barreiros de Azevedo, contendo as colheitas que o bispo de Coimbra recebe nas igrejas e coutos deste bispado, bem como as colheitas que pertencem ao Cabido. Foi mandado trasladar pelo notário apostólico e escrivão do auditório eclesiástico Manuel da Rocha Pais, a partir de outro censual, no qual figura a forma de juramento, na posse de cargos, perante D. João Soares, no qual não figura a data e que foi apresentado pelos capitulares do Cabido.

Inclui também o registo de rendas e rendeiros da Mitra da “prebenda grande” (1801-1805), com índice alfabético de localidades, seus rendeiros e quantitativos de foros e rendas (liv.124). Este volume foi reutilizado para registos feitos em 1914, incluindo assentos de dias de trabalho, mas sem ter sido possível identificar a sua aplicação. Integra um índice das rendas da Mitra nos arcediagados de Seia, Penela e Vouga, onde constam os dízimos, primícias e rações que cada freguesia dos respectivos arcediagados deve à Mitra (liv.125). Apesar de não estar datado, foi possível identificar uma data aproximada, para 1.<sup>a</sup> metade do séc. XIX, pois a grafia é em tudo semelhante à de Francisco Manuel Tavares, secretário do Cabido da Sé de Coimbra, do qual se conhecem registos de 1831-1837, que poderá ter sido o seu autor.

Engloba documentação avulsa que ilustra a arrematação de dízimos e rações, mapa dos rendimentos da Mitra e orçamento líquido dos passais, foros, benesses e pés de altar anuais, referentes às localidades de Ázere e Alvaiázere (mç.6).

**Sistema de organização:**

Ordenação cronológica, ficando no final o índice das rendas, séc. XIX. Os censuais do bispado (liv.122 e liv.123) aparecem referenciados no *Inventário* de 1822,

feito aquando da morte de D. Francisco de Lemos, como fazendo parte do cartório da Mitra; mas não figuram na *Relação dos livros e documentos pertencentes ao cartório da Mitra Episcopal de Coimbra*, enviados em 1881 para a Torre do Tombo. Por esta razão, foram incluídos nesta série documental e neste fundo, apesar de se tratar de censuais do bispado, com indicação de bens da mesa capitular e da mesa episcopal.

**Características físicas:**

Alguma acidez do papel e encadernação desmembrada no liv. 123, recomendando-se manuseamento cuidado. Consulta sob reserva do liv.122, em pergaminho, conservado no cofre do AUC, com o n.º de ordem 11.

**Unidades de descrição relacionadas:**

A série *Escrituras diversas* inclui as escrituras de arrendamento das rendas da Mitra, a partir das quais se podem encontrar os mesmos rendeiros que surgem nomeados no liv.124. As séries de *Tombos de demarcação e reconhecimentos* e *Autos e sentenças* incluem referências a quantitativos de foros e rações das mesmas localidades.

**Notas:**

Título atribuído.

| <b>Datas</b> | <b>Cotas</b>                         |
|--------------|--------------------------------------|
| 1402         | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 122 |
| 1616         | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 123 |
| 1796-1834    | Mitra Episcopal de Coimbra, mç. 6    |
| 1801-1805    | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 124 |
| séc. XIX     | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 125 |

**Código de referência:** PT-AUC-DIO-MECBR / 07

**Título:** Inventários e índices

**Datas:** 1708-1837

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 3 liv.; 2 mç.

**Âmbito e conteúdo:**

Contempla inventários do Paço Episcopal, realizados por ocasião da tomada de posse do cargo, ou por falecimento do prelado episcopal.

Inclui o inventário do espólio dos bens pessoais de D. António de Vasconcelos e Sousa, (filho do 2.º conde de Castelo Melhor) que tomou posse do bispado em 1706, através de um procurador, e apenas em 10 de Março de 1707 entrou solenemente em Coimbra, tendo ocupado anteriormente a Sé de Lamego. O inventário datado de 1708 (liv.126) foi elaborado na presença do corregedor de Coimbra Dr. Domingos Marques Cardoso, pelo escrivão da correição Manuel da Costa Monteiro, na sequência da provisão régia de D. João V enviada ao corregedor da comarca de Coimbra em 20 de Julho de 1707; feito a pedido do bispo, para se distinguirem os bens pessoais com que entrou no bispado, dos bens da Mitra de Coimbra. Nele figuram objectos pessoais (jóias, mobiliário, tapeçarias, prata, louças, a biblioteca particular e objectos de uso pessoal, desde botões de punho, a anéis e caixa de rapé) e a sua avaliação por louvados nomeados para o efeito: Manuel João de Sá, ourives, Damião da Costa Figueiredo, “escultor de obra de talha”, Sebastião Rodrigues e Bento Seco, livreiros. O inventário foi elaborado no Paço Episcopal, tendo sido nomeados os bens pelo próprio bispo D. António Vasconcelos e Sousa. Atestando que estes bens eram particulares e pessoais do bispo estiveram presentes o deão e um cónego da Sé. Após a sua morte, alguns dos objectos pessoais de D. António de Vasconcelos e Sousa, foram arrematados pelo Cabido, como o revela o inventário datado de 1724 (mç. 7).

Inclui também o *Inventário do espólio da Mitra*, realizado aquando do falecimento de D. Francisco de Lemos, em 1822, pelo Dr. José Correia Godinho da Costa, juiz de fora de Coimbra, na sequência do pedido feito pelo secretário do cabido *sede vacante*, Joaquim Lopes de Calheiros e Meneses e na presença dos livreiros Jacques Orcel e Joaquim Maria Soares de Paula. Revela a existência dos paramentos, pratas, mobiliário da capela do Paço e da capela da Quinta do Bispo, em São Martinho do Bispo (mç. 8). Neste auto de inventário é feita referência a dois exemplares (original e cópia) do inventário da livraria e do cartório do Paço, feitos a 23 de Abril de 1822 (mç. 8 e liv. 128), que a este estariam apensos. O original está rubricado pelo escrivão António da Pádua e Oliveira. No auto de inventário figura ainda a livraria adquirida por D.

Francisco de Lemos a seu irmão Dr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, a qual ainda não estava colocada em estantes nem inventariada.

Inclui um índice do cartório da Mitra feito em 1818 (liv.127), organizado alfabeticamente por localidades, indicando os volumes e páginas onde constam os documentos respectivos às mesmas localidades. Reflecte os diferentes livros existentes no cartório: 40 livros com colecções de aforamentos, doações, privilégios e jurisdições, livros de notas e 60 tomos.

Permite conhecer a livraria dos Paços Reais da Universidade pertencente a D. Francisco de Lemos (bispo conde e reformador reitor da Universidade), pelo inventário feito em Junho de 1815.

Contém o inventário dos bens do Paço Episcopal de Pinhel, feito quando o Bispo D. Leonardo Brandão se ausentou em 1834, tendo sido entregues os seus bens ao Dr. José Manuel de Lemos, governador vigário capitular, que também foi vigário capitular de Coimbra e depois bispo de Coimbra (1858-1870). Contém ainda o inventário (original e cópia) do Paço Episcopal de Coimbra, feito em 1836, por ordem do Cabido, em cumprimento da Portaria de 20 de Junho de 1836, de Joaquim António de Aguiar, que determinava a entrega do paço, seus bens móveis e a quinta de recreio do bispo, ao governador temporal do bispado, Dr. Guilherme Henriques de Carvalho, após a saída de Coimbra do bispo D. Joaquim de Nazaré, com a chegada das tropas liberais à cidade.

Engloba documentação avulsa, que terá existido no cartório, para identificação de documentos diversos, como: resumo cronológico (abrangendo documentos de 1102-1803) dos títulos do cartório da Mitra respeitantes ao couto de S. Martinho; índice de vários pergaminhos referentes a bens do cabido e da Mitra; lista de livros e pergaminhos “provenientes das gavetas [do cartório] do bispado” e entregues a D. Francisco de Lemos, etc. (mç. 7).

**Sistema de organização:**

Ordenação cronológica.

**Características físicas:**

Alguns exemplares com fungos, manchas de água e repasses de tinta, prejudicando a leitura.

**Unidades de descrição relacionadas:**

As séries *Certidões das doações, privilégios e confirmações* e *Tombos de demarcação e reconhecimento*.

**Notas:**

Título atribuído.

| <b>Datas</b> | <b>Cotas</b>                         |
|--------------|--------------------------------------|
| 1708         | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 126 |
| 1724-1837    | Mitra Episcopal de Coimbra, mç. 7    |
| 1818         | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 127 |
| 1822         | Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 128 |
| 1822         | Mitra Episcopal de Coimbra, mç. 8    |

**Código de referência:** PT-AUC-DIO-MECBR / 08

**Título:** Documentos diversos

**Datas:** 1596-1854

**Nível de descrição:** Colecção a nível de série

**Dimensão e suporte:** 3 liv.; 1 mç.

**Âmbito e conteúdo:**

Engloba livros e documentos que não puderam ser incluídos nas séries organizadas, como por exemplo, excertos da obra *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*; a *Relação nominal dos bispos de Coimbra desde a restauração do poder dos árabes em 1064 até ao presente* de Miguel Ribeiro de Vasconcelos; lista dos empregados eclesiásticos da diocese de Coimbra que juraram a Constituição Política da Monarquia Portuguesa; correspondência dirigida ao bispo; devassa do Convento de Santa Ana; documentos sobre aos poderes do Núncio Apostólico, exposição sobre a jurisdição dos escrivães dos coutos de Braga feita por José António Pinto Donas Boto; carta precatória do ouvidor da comarca do Crato e auto de nulidade de profissão de D.

Ana Delfina Freire de Andrade Castelo Branco, do Mosteiro de Vinhó; autos de contas do alferes António Jorge Ferreira, prebendeiro da Mitra (mç. 9).

Inclui volumes relativos à questão com os conégos tercenários e meios-cónegos da Sé de Coimbra (liv.129 a liv.131, de 1775-1776). O liv.130 (séc. XVIII) aparenta ser uma cópia incompleta ou um borrão do liv.129 (o cotejo entre os dois volumes revela, por exemplo: a fl. 11 do liv.130 corresponde a fl. 12 do liv.129).

**Sistema de organização:**

Ordenação cronológica.

**Notas:**

Título atribuído.

Datas

1598-1854

séc. XVIII

séc. XVIII

1775-1776

Cotas

Mitra Episcopal de Coimbra, mç. 9

Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 129

Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 130

Mitra Episcopal de Coimbra, liv. 131